

CARTA DE CONJUNTURA

LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA
VOLUME I NÚMERO 1 - 2023



APRESENTAÇÃO

Esta Carta de Conjuntura faz parte do projeto de pesquisa Laboratório de Análise de Conjuntura, integrado por docentes e discentes do curso de Ciências Econômicas, do campus Santana do Livramento. A Carta tem como objetivo uma forma de integração dos diferentes membros da comunidade acadêmica na discussão sobre a economia nacional e internacional. Também há a intenção de que possa ser um instrumento de aprendizado discente no tratamento e análise de informações econômicas. É um esforço no sentido da criação de um espaço de geração e troca de conhecimento.

Os dados apresentados possuem diferentes fontes, fato observável nas seções da carta. Por serem de fontes diferentes, as informações apresentadas acabam por apresentar uma periodicidade de publicação distinta. Assim, levando em conta o período sem publicações em 2023, buscou-se, na medida do possível, apresentar análises que utilizem dados para todo o ano. Além disso, as bases de dados utilizadas muitas vezes podem ser analisadas em recortes menores (além da Nacional, por Estado e/ou Cidades). Sempre que houve a disponibilidade, foram trazidas as informações para estes recortes também.

Neste número a Carta de Conjuntura Econômica são apresentadas análises a respeito da conjuntura monetária e fiscal, de atividade econômica, inflação, mercado de trabalho, economia internacional. Além disso, traz um artigo que trata da qualidade dos indicadores de contabilidade pública. A carta é iniciada por um texto que apresenta uma breve caracterização econômica de Santana do Livramento.

Colaboraram nesta edição: Alessandra Troian, Mitali Maciel, Jeferson Luís Lopes Goularte, Rodrigo Abbade da Silva, Felipe Gomes Madruga, Lucélia Ivonete Juliani, Ana Luísa de Souza Soares e Igor de Menezes Larruscaim. O grupo de professores envolvidos na realização deste trabalho aproveita o espaço desta apresentação para convidar a todos os interessados a participar do projeto.

A imagem da capa desta edição foi elaborada através de inteligência artificial. Para tanto usou-se o seguinte comando: *“Crie uma imagem que passe a ideia de reconstrução. No fundo, coloque o mapa do Brasil. Pode ser um prédio em reconstrução, sendo que os andaimes são gráficos de linha.”*

SUMÁRIO

<u>Caracterização de Santana do Livramento/RS: breves explicações da história e da economia do município</u>	2
<u>Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal</u>	9
<u>A Sustentabilidade da Dívida e a Taxas de Juros</u>	14
<u>Panorama do comércio internacional gaúcho de 1999 a 2023</u>	24
<u>Inflação: Avaliação do Quadriênio 2020-2023</u>	28
<u>Desempenho da economia no terceiro trimestre de 2023</u>	34
<u>Mercado De Trabalho</u>	38

CARACTERIZAÇÃO DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS: BREVES EXPLANAÇÕES DA HISTÓRIA E DA ECONOMIA DO MUNICÍPIO

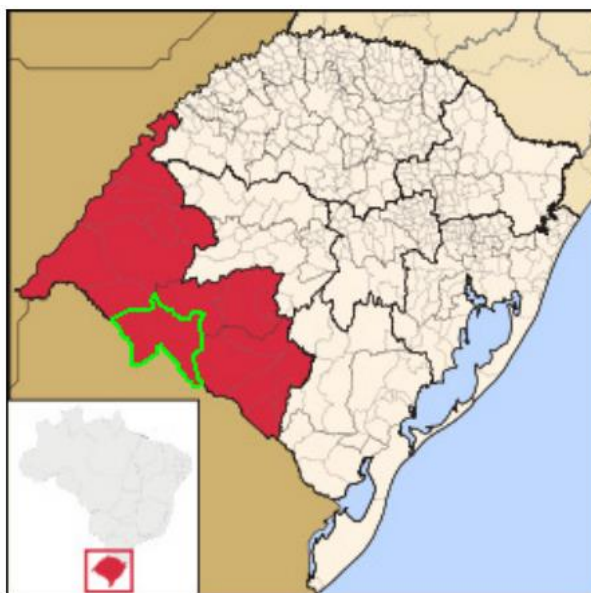
Alessandra Troian

Mitali Maciel

O território que corresponde ao município de Santana do Livramento começou a receber os primeiros imigrantes portugueses no início do século XIX. A Espanha, em 1801 declara guerra a Portugal, fazendo com que os portugueses expandissem a sua ocupação para o Sul, atual estado do Rio Grande do Sul. Em 1811 o exército português conquistou o território do município (MONTEBLANCO, 2013; ALBORNOZ, 2000; CAGGIANI, 1983, HEYDT, 2016).

O município de Santana do Livramento, localizado na Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul, faz divisa com a cidade de Rivera, no Uruguai, Dom Pedrito, Quaraí e Rosário do Sul, situando-se 100% no Bioma Pampa¹. O município possui população estimada em aproximadamente 75.647 habitantes, área de 6.946,407 km² – segundo maior do estado em extensão territorial do estado (IBGE, 2023). A Figura 1 apresenta a localização geográfica de Santana do Livramento.

Figura 1- Mapa do Rio Grande do Sul - mesorregião sudoeste (Campanha Gaúcha) – em destaque o município de Santana do Livramento/RS



Fonte: Fernandes (2012, p. 37).

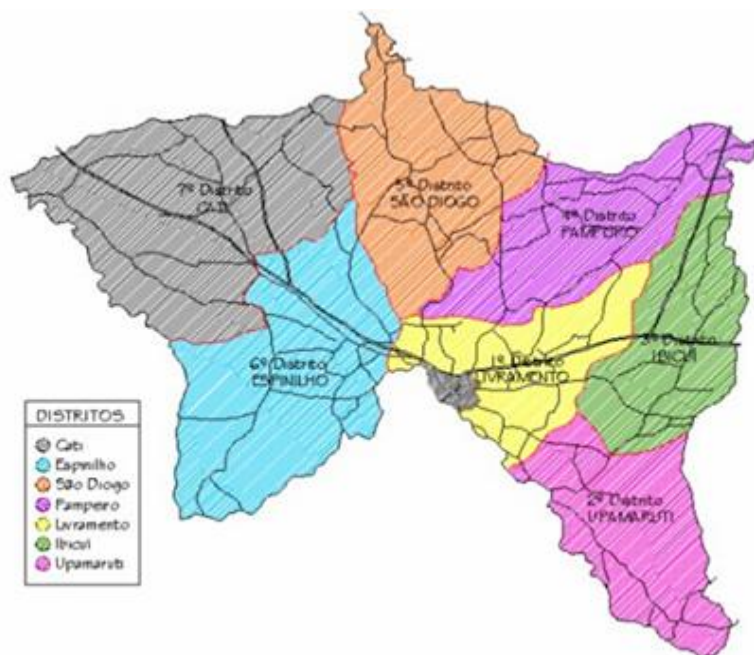
A economia do município se baseia no comércio, nas atividades pecuárias (bovina e ovina) e agrícolas, em especial, nas culturas do arroz e da soja e, mais recentemente, vem ampliando a

¹ No Brasil, o Bioma Pampa ocupa 2,1% do território geográfico nacional, sendo o único bioma que se situa em apenas um estado. Localiza-se na metade meridional do estado do Rio Grande do Sul, o Pampa Gaúcho, abrange cerca de 63% de seu território (IBF, 2020).

produção frutífera com destaque para a olivicultura e a vitivinicultura (FEE, 2018; SEBRAE, 2019). No ano 2022, contabilizou-se que Santana do Livramento possui aproximadamente 1.018 hectares de vinhas plantadas, com produção de 7.654 toneladas de uva (IBGE, 2022). A emergência do setor vem acompanhada de outras atividades, como o turismo, por exemplo, que parecem trazer mudanças para a dinâmica econômica regional, criando expectativas acerca de uma possível contribuição para o desenvolvimento do território (SILVEIRA, 2018). No entanto, cabe destacar que Santana do Livramento é reconhecido pelo turismo de compras - freeshop realizado na cidade vizinha de Rivera/UY.

Em sua divisão, o município é constituído por sete distritos: Santana do Livramento, Cati, Espinilho, Ibicuí, Pampeiro, São Diogo e Upamaroti. A cidade de Santana do Livramento, localizada no 1º distrito, é a sede do Município.

Figura 2- Divisão por distritos do município de Santana do Livramento/RS



Fonte: Coronel (2022).

Em Santana do Livramento há o predomínio de grandes propriedades rurais monocultoras e a homogeneidade dos sistemas produtivos. Ainda que seja reconhecida regionalmente pela pecuária e grande extensão fundiária, unidades de produção familiares estão estabelecidas no município desde meados do século XVIII (FERRON; TROIAN, 2020). Conforme Heydt (2016), desde o princípio da formação socioeconômica de Santana do Livramento, a pecuária se desenvolve como um importante estrutura econômica, que se mantém presente ao longo da história do município. A

atividade pecuária foi se modificando, mas se manteve sempre relacionada com os demais setores da economia.

Santana do Livramento, em 1992, começou a fazer parte do mapa da reforma agrária brasileira, com a implementação do seu primeiro assentamento rural. A partir disso foram implementados 30 assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que juntos possuem uma área de 26.528 hectares e abrigam aproximadamente 907 famílias. Essa realidade faz de Santana do Livramento o município com maior número de assentamentos no Rio Grande do Sul (INCRA, 2017).

Em Santana do Livramento há 2.962 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 673.164 hectares. Desse total, 1.746 estabelecimentos (58%) se enquadram na dinâmica da agricultura familiar, dos quais a área ocupada é de 56.494 hectares, ou seja, menos de 9% da terra (IBGE, 2019). Verificando-se, inclusive, problemas socioeconômicos e ambientais decorrentes da desigualdade agrária, das grandes propriedades rurais e dos monocultivos, como primazia do “agro” brasileiro (MACIEL; TROIAN; OLIVEIRA, 2022).

Os agricultores familiares conquistaram visibilidade e representatividade, em Santana do Livramento, somente a partir da década de 1990, com a formação dos assentamentos rurais e pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desenvolvendo a agricultura na região (ALVEZ; SILVEIRA; FERREIRA, 2007; FERRON; TROIAN, 2020; FERRON; TROIAN; BREITENBACH, 2021). Troian, Aguirre e Oliveira, (2020) e Ferron, Troian e Breitenbach (2021), destacam que a reprodução socioeconômica da agricultura familiar, na região da Campanha Gaúcha, passa por desafios como infraestrutura precária, frágil teia de incentivos locais, além de elevada dependência de políticas de transferência de renda.

Apesar da evolução histórica no sentido de se reconhecer e valorizar a agricultura familiar em Santana do Livramento, alguns aspectos dificultam o desenvolvimento da categoria social no município, como as precárias condições das estradas rurais e sua manutenção ineficiente (FERRON. TROIAN; BREITENBACH, 2021). Conforme os autores, a distância do centro urbano e a precariedade das estradas dificultam o deslocamento dos agricultores familiares e a comercialização de seus produtos.

No início do século XX a economia de Santana do Livramento era voltada às atividades relacionadas ao comércio e a pecuária, destacando-se nas produções de lã e arroz (AGUIAR; MEDEIROS, 2010). Nesse contexto, deu-se a implementação de frigoríficos, tornando possível a produção de carnes através de um modelo industrial.

Devido à crise que vinha se intensificando, após 1970, as atividades relacionadas à indústria em Santana do Livramento passaram a declinar pela queda nas exportações. A redução na demanda levou a falência das empresas, dado o cenário de desindustrialização no qual o município se encontrava. Em função disso, os frigoríficos acabaram fechando suas portas, provocando elevado nível de desemprego (MONTEBLANCO, 2013). Nesse sentido, segundo Favero e Duarte (2014), o município passou a depender da pecuária, do setor de serviços e do comércio.

A atividade comercial se tornou um dos fatores mais importantes para o processo de desenvolvimento em Santana do Livramento, especialmente devido à falta de indústrias na região corresponder ao mesmo período no qual se intensificou a chegada de imigrantes, além de ter ocasionado o aumento de importações e exportações por meio do comércio, gerando movimentação urbana e aumento da população (AHMAD, 2021).

De acordo com o SEBRAE (2019), o comércio corresponde por 49% do total de participação no número de empresas, seguido pelo setor de serviços com 32%. Os dois setores são os que mais geram vínculos empregatícios no município. Os supermercados, e as lojas de vestuário e variedades se destacam como as operações de maior volume de trabalhadores per capita. Santana do Livramento possui relevância regional pela posição estratégica fronteiriça, destacando-se pelo elevado potencial de consumo e utilização de serviços. A atividade agropecuária, por mais que historicamente tivesse um papel relevante na formação econômica do município, perdeu espaço e competitividade para o setor de comércio e serviços. Representando, no ano de 2019, apenas, 11% do total das atividades (SEBRAE, 2019).

RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)², em Santana do Livramento, é de 0,727, representando um valor alto (entre 0,700 e 0,799) (IBGE, 2023). A expectativa de vida, no ano de 2010, era de 75 anos e taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, no mesmo período, era de 4,23 % (FEE, 2018).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município, em 2020, é de cerca de R\$ 2,3 bilhões de reais, sendo que 45,5% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da administração pública (21%), da indústria (21%) e da agropecuária (13,6%). O PIB per capita no mesmo ano foi de R\$ 30.208,59, valor inferior à média do estado, que é em torno de R\$ 41.200 (IBGE, 2023).

² O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

A remuneração média de maior incidência entre os santanenses, em 2018, variou entre 1 a 1,5 salários mínimos. Já o Índice de Gini³ do município, no ano 2010 - último avaliado - foi de 0,547. No entanto, para o mesmo ano, a renda domiciliar per capita do santanense foi de R\$ 664,20 (SEBRAE, 2019).

O cenário se agrava quando se visualizam os dados do Cadastro Único. Conforme as informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em setembro de 2021, 13.900 famílias estavam cadastradas no CadÚnico. Em julho de 2023, o número subiu para 19.709 famílias inseridas. Ainda, 8.783 famílias foram beneficiárias do Bolsa Família no mês de setembro de 2023, sendo 22.146 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa (equivalente, aproximadamente, a 29% da população total do município) (MDS, 2023). Os dados retratam que 9.907 (50%) das famílias cadastradas, encontram-se em situação de pobreza, sobrevivendo com até R\$ 178 por mês e 3.006 (15%) famílias são consideradas de baixa renda no município.

O alto número de pessoas dependentes de auxílio social alerta para a necessidade de reflexões e ações sobre o modo de produção agrícola brasileiro, a desigualdade social do país e os efeitos da concentração de renda para a população, bem como a ausência de políticas públicas contínuas e efetivas para reduzir a pobreza, a falta de renda e combate à fome (TROIAN; MACIEL, 2022). Políticas nacionais articuladas com as estaduais e municipais de desenvolvimento social e de segurança alimentar e nutricional, são o caminho para se pensar em eliminar a mais dura e triste mazela social, a fome.

REFERÊNCIAS

AHMAD, S. M. K. **O papel dos empreendimentos comerciais árabes no processo de desenvolvimento de Santana do Livramento/RS**. 2021. Trabalho (Conclusão de Curso de Ciências Econômicas), Universidade Federal do Pampa, Sant'Ana do Livramento, RS, 2021.

AGUIAR, J. S.; MEDEIROS, R. V. Reforma Agrária em Santana do Livramento/RS REFORMA: Uma abordagem através dos sistemas agrários. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, 2010.

AGUIRRE, M. L. C.; TROIAN, A. A agricultura familiar de Santana do Livramento/RS: análise do Censo Agropecuário de 2017. **Agropampa: Revista de Gestão do Agronegócio**, Dom Pedrito, RS, v. 2, n. 2, ed. especial, p. 21 - 25, 2020.

ALBORNOZ, V. P. L. **Armour: Uma Aposta no Pampa**. Santana do Livramento, RS: Pallotti, 2000.

³ Salienta-se que o índice mede a concentração de renda, onde 1 representa total concentração e 0 representa total distribuição de renda.

ALVEZ, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade Sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 82-97, 2007.

CAGGIANI, I. **100 Anos de Comércio**: Sant'Ana do Livramento 1991. EDIGRAF, 1991.

CORONEL, C. **Santana, minha Santana**. Página em rede social. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/958760734185151/photos/a.959576484103576/1624843114243573/?type=3>. Acesso em 15 abr. 2023.

FAVERO, M.; DUARTE, G. **Continuidade e limites**: urbanismos na fronteira Brasil-Uruguaí. São Paulo, 2014.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Resumo estatístico**, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santana+do+Livramento>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FERRON, J. da L.; TROIAN, A. O processo de implantação dos assentamentos rurais em Santana do Livramento (RS). **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 32, 2020.

FERRON, J. da L.; TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Agricultura Familiar e Reprodução Social: Estratégias dos Assentados de Santana do Livramento/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 19, v. 57, p.138–155, 2021. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.11763>

FERNANDES, V. D. **O pecuarista familiar na campanha Rio-Grandense (Santana do Livramento/RS)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

HEYDT, D. C. **Formação econômica de Santana do Livramento**: análise da pecuária como eixo estrutural. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2016.

IBF. Instituto Brasileiro de Florestas. **Bioma Pampa**. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-pampa>. Acesso em 16 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola - Lavoura Permanente**. 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/pesquisa/15/11863?ano=2022>. Acesso em 18 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 16 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sant'Ana do Livramento**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santana-do-livramento.html>. Acesso em 03 de abr. 2023.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. 2017. Disponível em:

<https://www.incra.gov.br>. Acesso em 07 dez. 2017.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. de. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 31, n. 3, p. 23-41, 2022.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório de informações sociais**. 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>. Acesso em 18 set. 2023.

MONTEBLANCO, F. L. **O Espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS**. 2013. Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BR-RS, 2013.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das cidades gaúchas 2020 Santana do Livramento**, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santana_do_Livramento.pdf. Acesso em: 19 mar. 2023.

SILVEIRA, M. B. **Marketing de lugares como promotor do desenvolvimento territorial: análise nas empresas vinícolas da região da Campanha Gaúcha**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2018.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Estratégias e formas de reprodução social na agricultura familiar da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, 2018.

TROIAN, A.; MACIEL, M. A fome voltou, medidas já!. **CEDER**. (Site). Publicado em: 01 ago. 2022. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/ceder/2022/08/01/a-fome-voltou-medidas-ja/>. Acessado em: 13 abr. 2023.

RANKING DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL

Jeferson Luís Lopes Goularte

O Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal está inserido no contexto do termo *accountability*. De acordo com Ferreira *et al.* (2020), o termo *accountability* vem sendo utilizado principalmente em decorrência da internacionalização da contabilidade, na busca de padrões internacionais da contabilidade. Esse termo pode ser aplicado aos atos praticados pelo gestor público em regimes democráticos, demonstrando a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Ainda, os gestores públicos devem ser transparentes nas suas gestões, nas suas prestações de contas e na geração de informações para a sociedade civil.

Também está inserido no contexto da participação e controle social. Segundo Di Marco e Terci (2022), a participação e o controle social podem ser exercidos individualmente ou coletivamente pela inserção de indivíduos em entidades representativas. A Constituição Federal de 1988 institucionalizou a participação nas principais políticas públicas, assegurando a representatividade da sociedade civil nos processos das políticas públicas, por meio dos conselhos de políticas públicas, de audiências públicas, entre outros.

Ainda, segundo Di Marco e Terci (2022) a efetividade da participação e controle social depende da transparência na gestão pública, da prestação de informações à sociedade civil sobre as decisões, da apresentação dos resultados e atendimentos aos questionamentos dos cidadãos sobre atos praticados, pois é a transparência que permite a fiscalização dos atos dos gestores públicos e permite exercer o controle social.

Para o exercício do controle social pela sociedade civil e da *accountability* pelo gestor público, a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação em seu art. 9º dispõe que o acesso a informações públicas será assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações, informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações, e realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação (BRASIL, 2011).

Também, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em seu art. 48 determina que são instrumento de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, as leis de diretrizes orçamentárias, os orçamentos; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório

Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) (BRASIL, 2000). A Lei Complementar nº 131/2009, que alterou a LRF, em seu art. 48-A determina que os entes da federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a despesa e a receita (BRASIL, 2009).

A organização dos relatórios e demonstrativos contábeis e fiscais é atribuição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa atribuição está prevista no Decreto nº 6.976/2009 em seu art. 6º descreve que integram o sistema de contabilidade federal a STN, como órgão central, e os órgãos setoriais. O art. 7º, inciso XII descreve que compete ao órgão central elaborar, sistematizar e estabelecer normas e procedimentos contábeis para a consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2009)

Neste sentido, o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal é uma publicação do Tesouro Nacional (STN) que tem como objetivo avaliar a consistência das informações contábeis e fiscais enviadas pelos entes da federação por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi). Essas informações são as constantes nos Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Declaração de Contas Anual (DCA) e Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e classifica os entes da federação em notas e percentuais, em nível municipal e estadual (STN, 2023).

A STN utiliza a mesma data da elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) para a verificação das informações do Ranking. Essa previsão legal está no art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000 que estabelece que os entes federativos devem enviar seus dados à União, para que esta proceda com a consolidação das contas públicas (BRASIL, 2000).

Para a elaboração do Ranking a STN desenvolveu o Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal (ICF) no Siconfi. O ICF foi desenvolvido a partir de quatro dimensões: dimensão de análise das entregas, prazo, retificações e estrutura da MSC; dimensão de análise dos elementos contábeis; dimensão das análises fiscais dos relatórios; e dimensão contábil x fiscal. Ainda, o ICF classifica os entes federados em cinco categorias: pontuação superior a 95% em A; pontuação entre 85% e 95% em B; pontuação entre 75% a 85% em C; pontuação entre 65% a 75% em D; e pontuação menor que 65% em E (STN, 2023).

O posicionamento dos municípios pode ser observado por vários recortes. O primeiro recorte da visão nacional que contempla todos os municípios da federação. O segundo recorte da visão estadual dos municípios, estabelecendo a comparação do município selecionado com os outros do mesmo estado. O terceiro recorte da visão regional dos municípios, que compara com os

municípios da mesma região (STN, 2023). As divisões territoriais são delimitações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para todo o país (IBGE, 2022).

Na elaboração da Tabela 1 foi utilizado a visão nacional da distribuição dos 25 municípios melhores classificados no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal nos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 1 – Distribuição dos 25 municípios melhores classificados por estado da federação

Estados	Anos		
	2019	2020	2021
Bahia	-	-	1
Ceará	-	-	3
Espírito santo	-	1	2
Maranhão	1	-	-
Minas Gerais	2	1	5
Pará	1	-	-
Paraíba	2	1	-
Rio Grande do Sul	15	21	14
Santa Catarina	4	1	-
Total	25	25	25

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 1 demonstra que o estado da federação que tem o maior número de municípios melhores classificados no Ranking é o estado do Rio Grande do Sul nos exercícios de 2019 com 15 municípios, 2020 com 21 municípios e 2021 com 14 municípios. O segundo estado é Minas Gerais nos exercícios de 2019 com 2 municípios, 2020 com 1 município e 2021 com 5 municípios.

Na elaboração da Tabela 2 foi utilizada a visão estadual da distribuição dos municípios no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no estado do Rio Grande do Sul, considerando os 25 municípios melhores classificados nas sete mesorregiões, nos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

Tabela 2 – Distribuição por mesorregião dos 25 municípios mais bem classificados no estado do Rio Grande do Sul

Mesorregiões	Anos		
	2019	2020	2021
Noroeste	8	6	6
Nordeste	1	4	3
Centro Ocidental	4	3	3
Centro Oriental	2	3	2
Metropolitana	6	4	8
Sudoeste	1	-	1
Sudeste	3	5	2
Total	25	25	25

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 2 demonstra que a mesorregião do estado do Rio Grande do Sul que tem o maior de número de municípios melhor classificados no Ranking é a mesorregião Noroeste, nos exercícios de 2019 com 8 municípios, 2020 com 6 municípios e 2021 com 6 municípios. A segunda mesorregião

é a Metropolitana, nos exercícios de 2019 com 6 municípios, 2020 com 4 municípios e 2021 com 8 municípios.

Os municípios melhor classificados no Ranking, em especial, do estado do Rio Grande do Sul demonstram cumprir os dispositivos legais estabelecidos na legislação contábil e fiscal. Também demonstram cumprir dispositivos legais da transparência na prestação de contas da aplicação dos recursos públicos, permitindo a sociedade civil avaliar a gestão do seu município, individualmente ou coletivamente por meio dos conselhos de políticas públicas, das audiências públicas, entre outras formas.

Ainda, que os municípios realizem a divulgação das informações e a prestação de contas à sociedade civil, segundo Di Marco e Terzi (2022) têm municípios com falta de divulgação dos portais de transparência, complexidade da linguagem utilizada na apresentação dos dados, atendimento descuidado em relação as solicitações e imprecisão nas respostas fornecidas aos cidadãos, mesmo assim, os portais de transparência são o meio mais eficaz para possibilitar o exercício do controle social e efetividade da *accountability*.

O Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal (ICF) desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é relevante para os cidadãos avaliarem a gestão dos seus municípios e exercerem a participação social, e por meio da representação também participarem dos conselhos de políticas públicas e nas audiências públicas. Assim, a STN como órgão central de contabilidade federal cumpre uma importante atribuição na elaboração e divulgação do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal para os entes federados e à sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 5 de maio de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de maio de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 78 de outubro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6976.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

DI MARCO, Cláudio Augusto Ferreira; TERCI, Eliana Tadeu. Transparência municipal e controle social: a visão dos Observatórios Sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 2, p. 313-330, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2885>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FERREIRA, Celma Duque; SILVA, Gilberto Crispim da; ROSA, Fabrícia Silva da; ALBERTON, Luiz. Transparência da prestação de contas dos gastos públicos nos governos municipais: um estudo de caso no estado de Goiás. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, RN, v. 12, n. 2, p. 157-178, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/19090>. Acesso em: 19 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão Territorial Brasileira. **Tabelas da Divisão Territorial Brasileira 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). Tesouro Nacional Transparente. **Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal 2019, 2020 e 2021**. Disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA E A TAXAS DE JUROS

Ana Luísa de Souza Soares

INTRODUÇÃO

Os grandes objetivos macroeconômicos são: promover o crescimento econômico, gerar um ambiente propício ao emprego e garantir a estabilidade, este diz respeito ao controle da inflação que representa o crescimento do nível geral de preços. Na busca desses objetivos os governos fazem a política econômica utilizando-se, principalmente, de instrumentos de política fiscal e monetária. A primeira diz respeito as proposições do governo executivo, a forma como se planeja e executa os gastos e a forma de financiamento desses; e a segunda, diz respeito a atuação do Banco Central que é o responsável pela política monetária, que tem o foco na estabilidade econômica e gere o que se chama Regime de Metas de Inflação (RMI).

A análise de conjuntura por sua vez, tem por objetivo traçar um panorama, um quadro do ambiente econômico no presente, a partir do qual se pode avaliar os resultados das políticas no alcance dos objetivos acima descritos. Sendo elaborada com inúmeros indicadores econômicos e sociais; e por vezes com o uso de cálculos estatísticos, também se faz possível a projeção do que pode vir a ocorrer no futuro, o que chamamos de cenários.

Nesse texto, vamos tratar dois assuntos que foram discutidos continuamente ao longo deste ano de 2023. O primeiro diz respeito à sustentabilidade da dívida pública, que se vincula ao âmbito fiscal; e o segundo em relação ao comportamento da taxa de juros, que é um aspecto do âmbito monetário. Ele foi escrito em uma linguagem mais simples, de modo a ampliar seu alcance, ou seja, que ele não fique restrito ao ambiente acadêmico⁴. Dando assim, a oportunidade para a comunidade em geral se apropriar das discussões, ainda que esse texto esteja longe de esgotá-las em si.

O EQUILÍBRIO FISCAL E A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

É habitual ouvir-se falar da busca de equilíbrio fiscal. O que basicamente significa que o governo deveria usar as receitas provenientes de tributos para cobrir os custos de suas ações. Essas receitas menos os gastos representam o resultado primário do governo central; e caso ele seja

⁴ Os termos com suas definições técnicas e demonstrações de cálculo, as apropriadas e utilizadas no ambiente acadêmico podem ser consultadas em <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf>

deficitário (gasta mais do que arrecada) será preciso emitir títulos de dívida pública pelo Tesouro Nacional, como instrumento de financiamento do gasto excedente⁵.

O título da dívida é um ativo financeiro, uma promessa contratual, um compromisso de pagamento, pelo governo, em data determinada do valor investido em sua compra corrigido por um indicador econômico, um indexador, sendo os mais comuns um percentual de juros e ou inflação, e câmbio. Já o estoque da dívida pública é o somatório das operações com emissões de títulos, amortizações (pagamento pelo compromisso contratual, ou o principal), juros (também chamado de serviço da dívida) e refinanciamento (quando se retira do mercado títulos a vencer os substituindo por novos). E comumente registrada como um percentual do Produto Interno Bruto (PIB), que por sua vez é a medida de toda riqueza do país, apresentado em variações percentuais de modo a indicar o crescimento econômico ou não, ao longo de um ano fiscal.

Nos últimos meses muito se ouviu falar em sustentabilidade da dívida, mas o que isso significa? A ideia mais difundida é impedir que o crescimento da dívida pública crie dúvidas sobre o governo ser capaz ou não de saldar seus compromissos (caso não os pague, se usa a expressão *default*).

Porém, como o país emite sua própria moeda e pode se financiar pela emissão de títulos públicos, entre outros aspectos de ordem institucional e econômica, os recursos para o pagamento da dívida se não estiverem disponíveis podem ser criados. Ainda que as consequências disso possa ser o aumento da carga tributária e a inflação. A sustentabilidade da dívida implica, segundo Chernavsky (2022), a crença por parte dos credores que os compromissos financeiros serão honrados pelo governo, e que este irá se autoimpor restrições visando o equilíbrio fiscal. Logo, o acompanhamento pelo resultado primário se faz útil nessa avaliação.

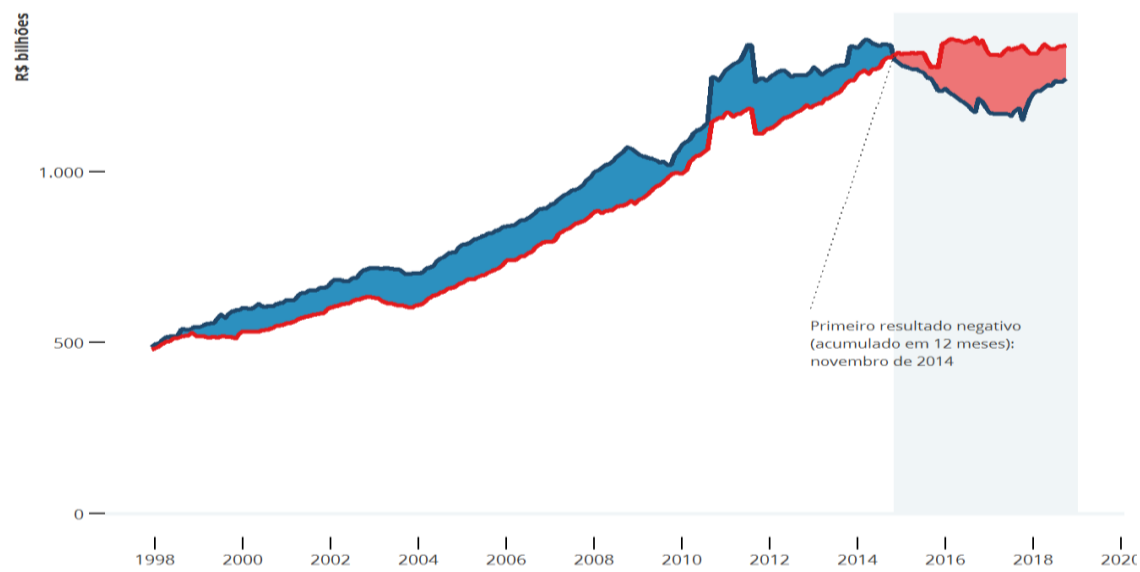
Vamos observar alguns indicadores fiscais que caracterizam tanto o resultado primário quanto o comportamento da dívida pública no ano de 2023, considerando o ano ainda não encerrado.

De janeiro a outubro o governo acumulou um déficit primário de R\$ 75,1 bilhões de reais; as receitas líquidas tiveram uma variação real de -3,3%, enquanto as despesas tiveram uma variação de +5,7% em comparação ao mesmo período no ano de 2022. O aumento das despesas está vinculada em parte aos programas sociais que passaram a atender a um número maior de beneficiários, como: Bolsa Família e Auxílio Brasil (+R\$ 62,8 bilhões) e Saúde (+R\$ 13,9 bilhões); e

⁵ Indica-se um texto do Tesouro Nacional explicando de forma didática a dinâmica da dívida pública e seu custo de financiamento, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/videos/a-divida-em-videos/3-quanto-custa-a-divida.pdf>

aos benefícios previdenciários com elevação de R\$ 32,2 bilhões reais (Tesouro Nacional, 2023 a). Na Figura 1 observa-se que desde o ano de 2014 o governo vem acumulando déficits, ou seja, gastando mais do que arrecada.

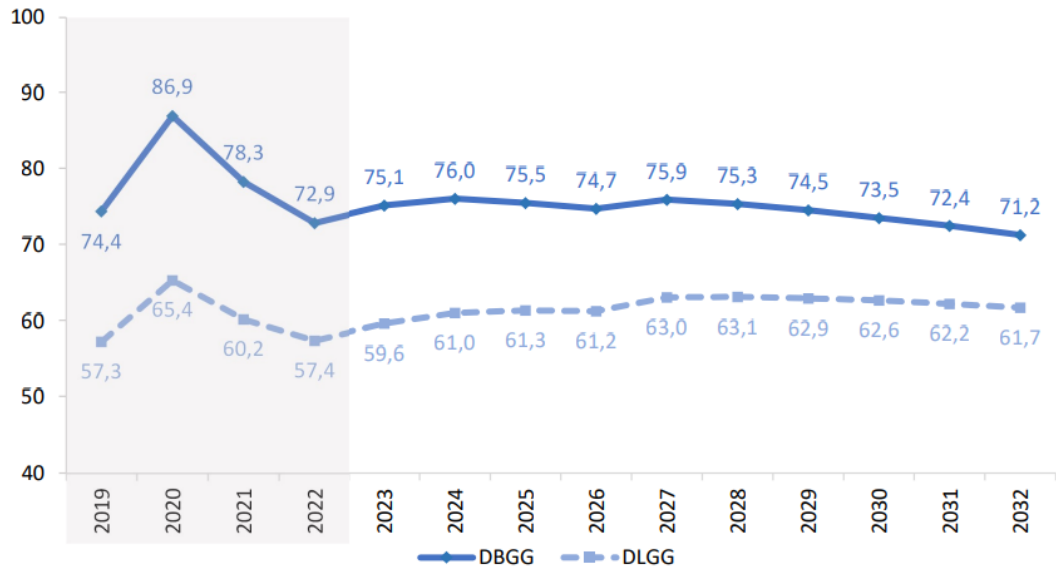
Figura 1 Receitas e Despesas Primárias do Governo Central (atualizado pelo IPCA)



Fonte: Dados abertos do Tesouro Nacional, 2023

O Tesouro Nacional (2023b) estima que a Dívida Pública (DBGG, que inclui o valor a ser pago em juros) seja de 75,1% do PIB ao final do ano de 2023. Enquanto a dívida líquida DLGG, (que exclui os juros) seja de 59,6% do PIB. E projeta que a partir de 2025 a trajetória comece a ser descendente (Figura 2). Mas em parte, essa projeção depende do comportamento dos juros, que pressiona a trajetória para cima, e do que valor nominal do PIB que força a trajetória para baixo. Ou seja, além de buscar melhorar o resultado primário a queda dos juros é essencial para que a dívida pública entre em trajetória decrescente.

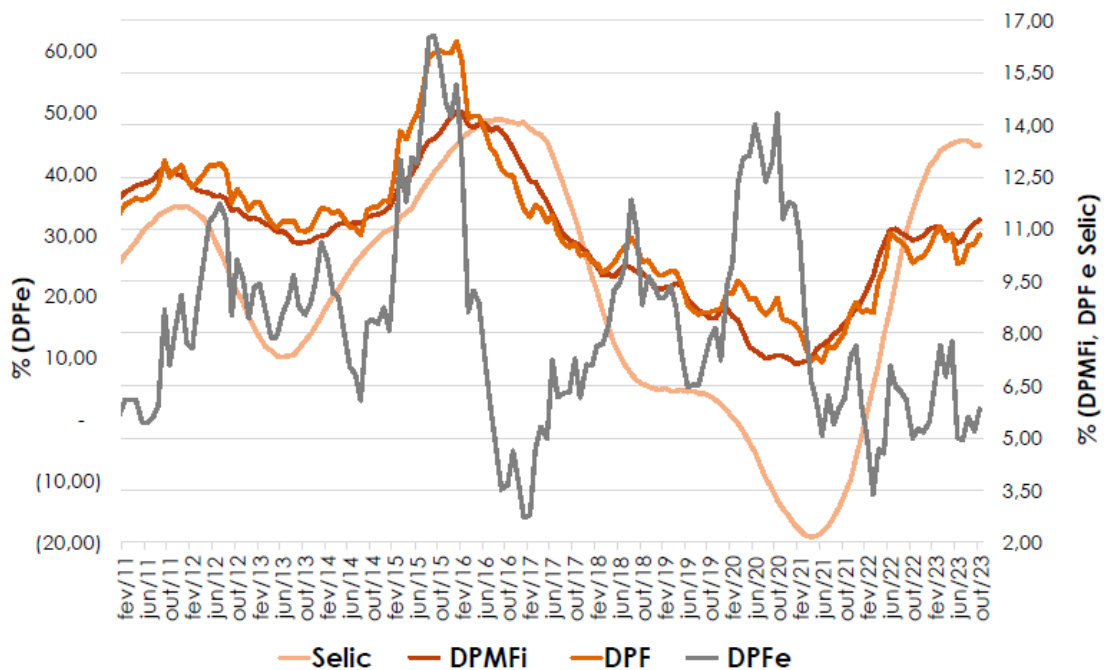
Figura 2 - Projeção da dívida pública (%PIB)



Fonte: Tesouro Nacional, 2023b

A Dívida Pública Federal (DPF) é composta pela dívida interna, que corresponde aos títulos que serão pagos em reais (R\$) (DPMFi); e a externa (DPFe) cujos títulos serão emitidos e ou contratados no exterior e pagos em dólar (US\$). O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) correspondeu, no mês de outubro de 2023, a R\$ 6.171,99 bilhões, um aumento de 1,58% em relação ao mês de setembro de 2023. E o custo médio acumulado em doze meses da DPF aumentou em 10,86%a.a. (Figura 3). A apreciação do dólar frente ao real (quando é necessário mais reais para comprar um dólar) aumenta o custo da DPFe; enquanto o aumento da taxa de juros aumenta o custo da DPMFi. Na composição no estoque da DPF 96,4% da dívida é interna, e apenas 3,96% externa.

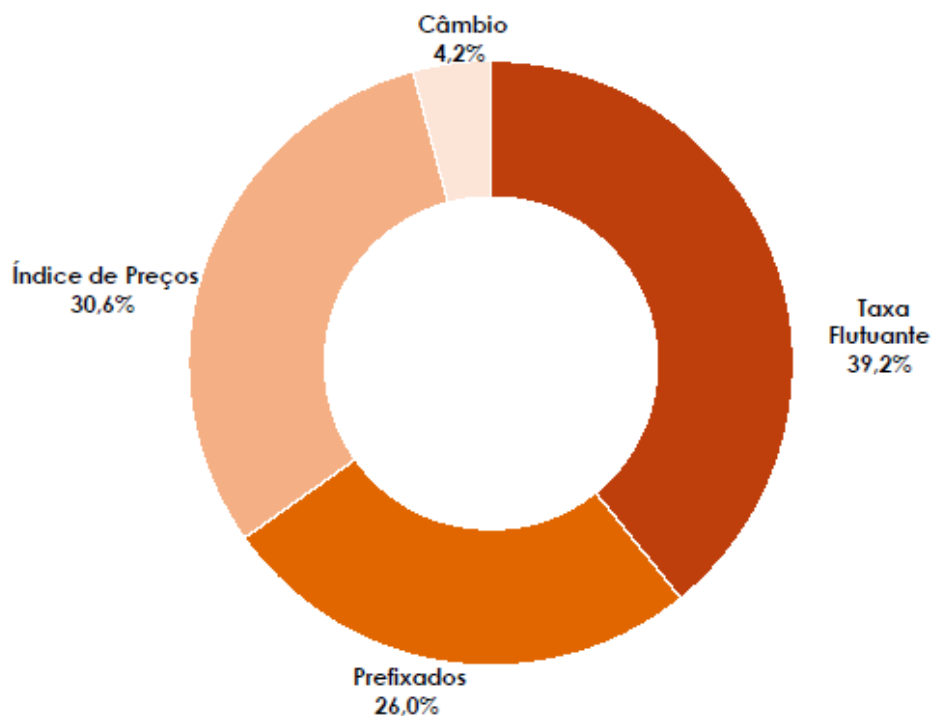
Figura 3 Custo Médio Acumulado em 12 meses. DFP, DPMFi, DPMFe, SELIC



Fonte: Tesouro Nacional, 2023c

Em outubro de 2023, os títulos da DPF tinham como principal indexador taxas flutuantes, correspondendo a 39,2% do estoque, seguido de índices de preço, 30,6%; prefixados, 26%; e câmbio com 4,2% de participação na composição. Os títulos indexados a taxas flutuantes, são pós fixados, ou seja, o credor na data de vencimento do título saberá enquanto ele será remunerado; sendo o indexador a taxa de juros SELIC que estiver em vigor na data. Logo, se esse indexador diminui até o vencimento, melhor para quem paga, pior para quem recebe. Dos títulos emitidos em outubro, 74,49%, o equivalente a R\$ 53,08 bilhões foi atrelado a esse indexador.

Figura 4 - Composição da DPF por indexadores



Fonte: Tesouro Nacional, 2023c

Então, os indicadores apresentados nos mostram que o governo, no resultado acumulado do ano, se mantém deficitário e buscando o financiamento pela emissão de títulos públicos. Mas merece atenção o volume de emissão de títulos a taxas flutuantes no mês de outubro. Pois ele representa uma aposta. A aposta por parte do governo que a taxa de juros irá diminuir ao longo dos próximos meses e anos. E junto da aposta tem uma promessa, que é a de no ano de 2024 fazer com que o resultado primário seja zero.

No ano de 2023 o Congresso Nacional fez movimentos importantes na consolidação da ideia de sustentabilidade fiscal, recebendo amplo apoio do governo na figura de seu Ministro da Fazenda para aprovação do que se chamou de Novo Arcabouço Fiscal, Lei Complementar 200/2023.

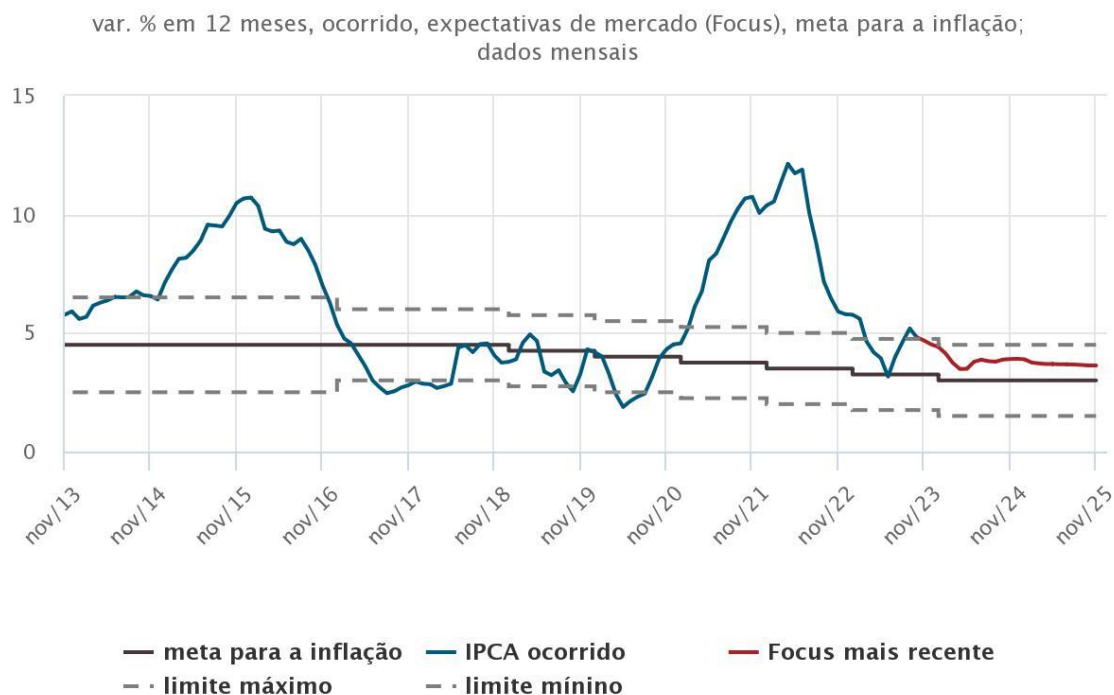
O Novo Arcabouço Fiscal aprovado em agosto de 2023, Lei Complementar 200/2023 é um instrumento que visa estabelecer limites para o crescimento dos gastos públicos, visando o crescimento sustentável da dívida pública. Nele está previsto o limite para o crescimento das despesas primárias que serão reajustadas pelo IPCA para cada exercício fiscal, e por um percentual do crescimento das receitas que pode corresponder de 0,6 ao máximo de 2,5 p.p. Está previsto que o resultado primário será definido na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e que esse resultado pode variar dentro de um intervalo de tolerância de 0,25 p.p. do PIB. Caso o resultado

primário ultrapasse a banda inferior da meta, para o ano fiscal seguinte medidas de contenção de gastos terão que ser assumidas pelo governo. E caso o resultado primário fique acima da banda superior da meta, 70% do excedente poderá ser usado para investimentos públicos adicionais no ano subsequente.

O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO E A TAXA DE JUROS SELIC

No Brasil desde 1999, adota-se o Regime de Metas de Inflação, que basicamente consiste em estabelecer uma meta de inflação, um valor aceitável para o aumento geral dos preços, e intervalos que se chama de banda de tolerância. Para o ano de 2023 a meta é de 3,25% e a banda com 1,5% para mais ou para menos (Figura 5). Se a inflação, apresentada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficar dentro do intervalo de tolerância o indicativo para a sociedade é que o Banco Central do Brasil (Bacen) não vai alterar a política monetária; mas, se a inflação ficar acima da banda aí o Bacen vai buscar a estabilidade, ou seja, vai buscar trazer a inflação para meta aumentando a taxa de juros, basicamente. É importante compreender que o Bacen tem por prioridade a estabilidade econômica, ou seja, o controle da inflação. Pois, com ela, ainda que haja o crescimento econômico os ganhos se perdem; como por exemplo a perda de poder de compra dos salários, desvalorização da moeda local, e aumento dos déficits públicos.

Figura 5 - Evolução do IPCA e metas de inflação

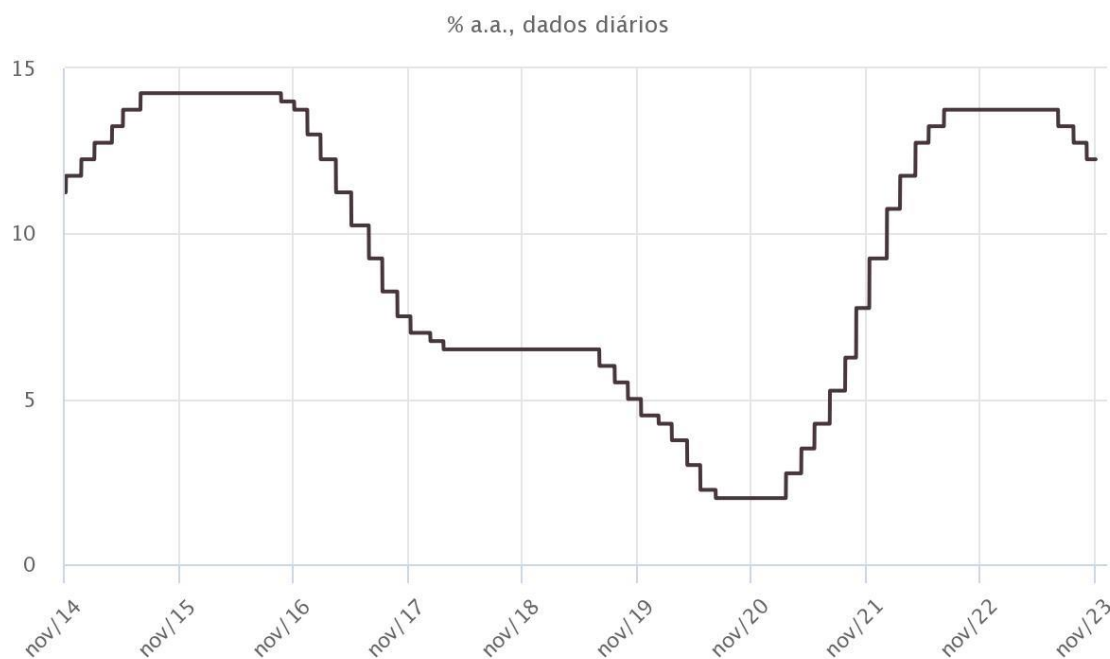


Fonte: Banco Central do Brasil, estatísticas 2023a

O Comitê de Política Monetária (COPOM), se reúne periodicamente para avaliar a eficácia da política monetária. Com base em cenários de risco avalia tanto se a inflação está em trajetória na direção da meta; bem como o modo que os indivíduos estão projetando o ambiente econômico, o que pensam que vai ocorrer no futuro próximo, o que se chama de expectativas. As expectativas são importantes porque influenciam no comportamento dos indivíduos, é como se projetando um cenário nós adequássemos antecipadamente nosso comportamento a ele.

E em todas as Atas do COPOM, ao longo dos últimos anos a preocupação com o equilíbrio fiscal esteve presente, o que chamam de “incerteza fiscal”, o Comitê entendia que ainda que alguns preços, como energia e alimentos, reduzissem, diminuindo gradativamente as pressões inflacionárias o que permitiria a redução dos juros, o risco de desequilíbrio fiscal, os déficits públicos poderiam forçar a trajetória de alta dos preços novamente, e o resultado foi a prudência em iniciar o ciclo de queda dos juros.

Figura 6 - Evolução taxa de juros SELIC



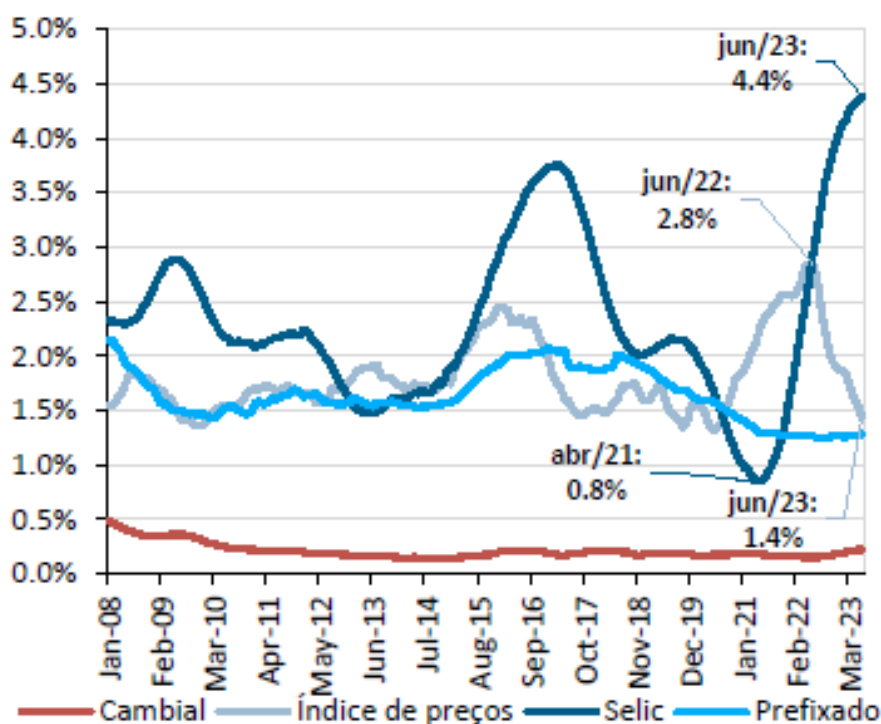
Fonte: Banco Central do Brasil, estatísticas 2023a

O ciclo de queda da SELIC, foi iniciado (Figura 6), e atualmente a taxa de juros de referência é de 12,25%. Na Ata do COPOM de novembro de 2023, o Comitê registrou o receio que a meta fiscal de 2024 não seja cumprida, que o exercício de busca de reformas e equilíbrio fiscal estavam perdendo força, que o crédito direcionado estava aumentando, e que esse conjunto de fatores aumentavam a incerteza sobre a estabilidade da dívida pública. Mas apesar disso, sinalizaram com

a promessa de manter a trajetória de queda da SELIC, e que na próxima reunião manteriam o ciclo de cortes de 0,5 p.p. na taxa de juros (BACEN, 2023b).

Segundo o Instituto Fiscal Independente (2023a) em junho de 2021 o pagamento líquido de juros sobre a DPF correspondeu a 3,4% do PIB, ou R\$ 284,2 bilhões de reais; e em setembro de 2023 o pagamento correspondeu a 6,6% do PIB, ou R\$ 699,7 bilhões de reais. Mesmo que o governo alcance resultados primários mensais positivos, o efeito é anulado pelo comportamento dos indexadores da DPF. Na Figura 7 é possível identificar a evolução das despesas com juros dado a composição da DPF com os indexadores dos títulos emitidos.

Figura 7. Despesas com juros dos títulos públicos, acumulado em 12 meses como percentual do PIB



Fonte: Instituto Fiscal Independente, 2023b.

COMENTÁRIOS FINAIS

Embora os indicadores econômicos sejam importantes na avaliação e construção de análises de conjuntura e cenários econômicos, ou seja, na identificação de como está o ambiente econômico e para que direção ele caminha. A confiança e as expectativas que os indivíduos criam sobre esse ambiente são fundamentais, e sua importância é amplamente reconhecida entre os economistas.

Se a sustentabilidade da dívida pública exige a crença no compromisso de que o governo vai buscar o equilíbrio fiscal eliminando déficit no resultado primário, e se autoimpondo restrições, como agora definido pelo Novo Arcabouço Fiscal. Por outro lado, a evolução dos indexadores da

dívida pública também precisam ser foco da atenção; pois seu peso tanto na DPF não pode ser desconsiderado.

Entre apostas e promessas, espera-se que tanto o governo quanto o Bacen sigam com seus compromissos responsáveis de alcançar os objetivos macroeconômicos, com a responsabilidade de articular tanto a política fiscal quanto monetária uma vez que elas não são totalmente independentes entre si. Pois como foi apresentado o resultado primário é a base para a sustentabilidade fiscal e a evolução dos indexadores da dívida não são menos importantes nesse processo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas>. 2023a

_____. **Ata COPOM 258ª. Reunião de 1º. novembro 2023**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. 2023b

CHERNAVSKY, E. Multiplicidade de regras fiscais no Brasil: disfunções, rigidez e ameaça à sustentabilidade. In: **Governança Orçamentária no Brasil**. (Org) COUTO, L; RODRIGUEZ, J.. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea),2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11612/1/Multiplicidade_Regras_Cap8.pdf

INSTITUTO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). **Relatório de Acompanhamento Fiscal- RAF novembro 2023**. 2023a .Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/644346/RAF82_NOV2023_3_Cenarios_divi_da_publica.pdf

_____. RAF agosto 2023. Cenários da Dívida. 2023b. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/641018/RAF79_AGO2023_3_Cenarios_divi_da.pdf

TESOURO NACIONAL. **Dados Abertos**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset>

_____. **Boletim Resultado do Tesouro Nacional outubro 2023**. Vol. 29, n.10. Publicado em 28/11/2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2023/10.v2023> . 2023 a

_____. **Boletim de Projeções Fiscais, junho 2023**. 2023b. (Periodicidade semestral). Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:47466

_____. **Relatório Mensal da Dívida Pública Federal out. 2023**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-da-divida-rmd/2023/10>. 2023c

PANORAMA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL GAÚCHO DE 1999 A 2023

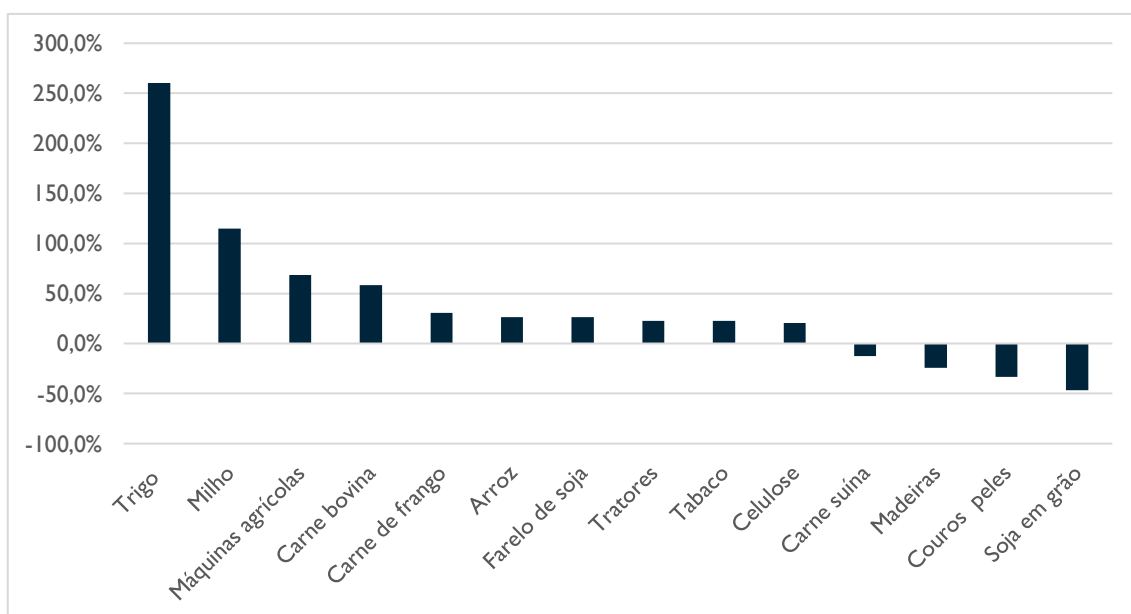
Rodrigo Abbade da Silva

Há importância de analisar o Índice de Vantagem Comparativa (IVCR) e Posição Relativa (IPR) para o agronegócio do Rio Grande do Sul (RS), se dá pelo fato de que aquele destaca os produtos apresentam vantagem na produção em relação aos concorrentes, demais estados do Brasil e países. Este enfatiza os produtos que estão contribuindo mais ou menos ao longo do tempo para a produção nacional em relação aos demais Estados. Deste modo, o país ou a região consegue gerar mais ganhos de comércio quando se especializa naquilo em que possui mais vantagem comparativa. Mais detalhes sobre a metodologia do IVCR e IPR podem ser encontrados em Schwertner *et al.* (2023).

Neste sentido, este texto da análise de conjuntura verifica qual o desempenho dos principais produtos do agronegócio gaúcho, conforme a classificação CUCI grupo de acordo com o banco de dados da *ComexStat*, mantida pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2023).

As maiores taxas de crescimento das exportações do ano de 2021 à 2022 foram para os seguintes produtos: Trigo (260,4%), Milho (114,9%), Máquinas agrícolas (68,6%), Carne bovina (58,1%) e Carne de frango (30,6%).

Figura 1 – Taxa de crescimento das exportações do agronegócio gaúcho de 2023 em relação a 2022.

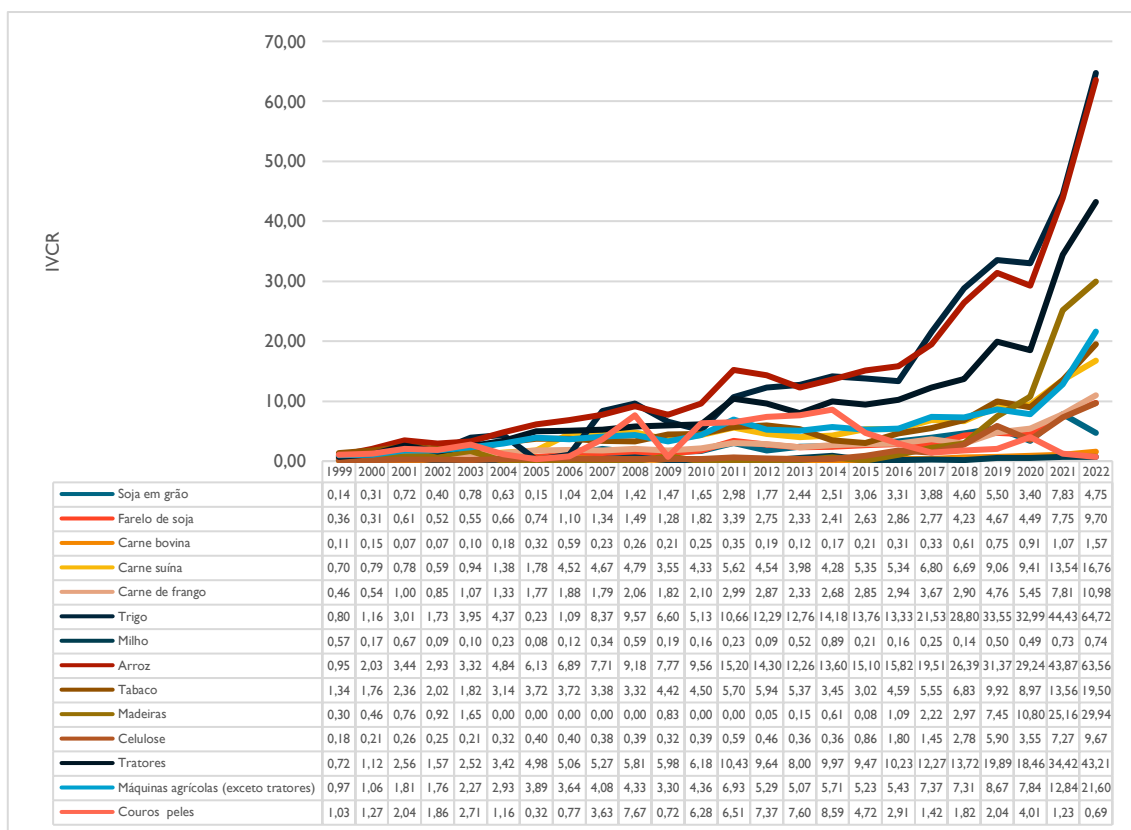


Fonte: elaborado pelos autores.

Nessa relação as maiores quedas nas exportações foram para os produtos: Soja em grão (-46,8), Couros e peles (-33,5), Madeiras (-24,1%) e Carne suína (-12,5%).

Conforme a Figura 2, em média de 1999 a 2022 os cinco produtos do agronegócio com maior vantagem comparativa do Estado do Rio Grande do Sul foram Arroz, Trigo, Tratores, Máquinas agrícolas e Tabaco.

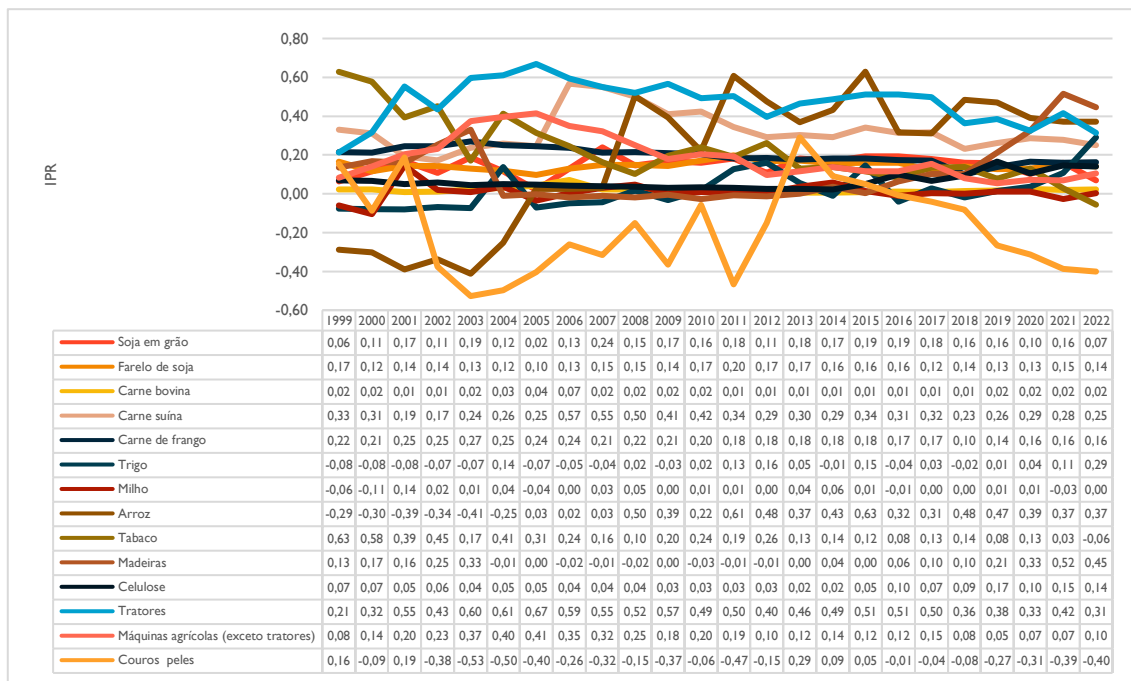
Figura 2 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada



Fonte: elaborado pelos autores.

Todavia, apresentaram em média desvantagem comparativa na série histórica apenas os produtos Milho e Carne bovina. Quanto ao IPR, na Figura 3, em média no período analisado os cinco produtos mais importantes do agronegócio na contribuição da produção do Estado do Rio Grande do Sul para a produção nacional são Tratores, Carne suína, Tabaco, Carne de frango e Máquinas agrícolas.

Figura 3 – Índice de Posição Relativa.



Fonte: elaborado pelos autores.

Ainda na mesma relação o IPR, indica que os cinco produtos com menor contribuição na produção do Estado do Rio Grande do Sul para a produção nacional são: Couros e peles, Milho, Carne bovina, Trigo, Celulose.

Figura 4 – Destino das exportações gaúchas* no ano de 2023 (jan.-nov.)



*exportações totais, não apenas do agronegócio.

Fonte: Brasil (2023).

Os principais destinos das exportações gaúchas no ano de 2023 foram China (24%), Estados Unidos (8,9%), Argentina (5,2%), Bélgica (3,3%), Vietnã (3,2%), México (3,0%), Paraguai (2,7%).

Conjuntamente representam 50,3% do total exportado pelo Estado. Quanto a posição dos principais países parceiros do MERCOSUL tem-se o Paraguai (2,7%), Uruguai (2,4%), Chile (2,0%), Peru (1,6%), Colômbia (1,3%), Bolívia (0,98%), Venezuela (0,75%), Equador (0,05%).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. **Comexstat**. 2023. Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acessado em 13 nov. 2023.

SCHWERTNER, J. J. G. ; SCHWERTNER, E. ; SOUZA, F. ; SILVA, RODRIGO ABBADE DA ; CORONEL, D. A. . Contribuição dos principais estados brasileiros para competitividade das exportações do setor têxtil (1999-2020). **Boletim de Conjuntura - BOCA**, v. 16, p. 1-22, 2023.

INFLAÇÃO: AVALIAÇÃO DO QUADRIÊNIO 2020-2023

Lucélia Ivonete Juliani

À medida que o quadriênio se conclui neste dezembro de 2023, ele deixa um legado de eventos notórios e alarmantes. Inicialmente, enfrentamos uma pandemia devastadora, cujos efeitos foram inimagináveis. Em seguida, o mundo assistiu ao conflito armado entre Rússia e Ucrânia, seguido por crescentes tensões entre Israel e grupos palestinos. Paralelo a esses acontecimentos, temos visto um aumento no conservadorismo radical, desafiando as bases das democracias ao redor do globo. Nesse contexto complexo, a inflação, outrora uma preocupação primária de economias mais instáveis, agora se estende por diversas nações, independentemente do estágio de desenvolvimento econômico em que se encontram.

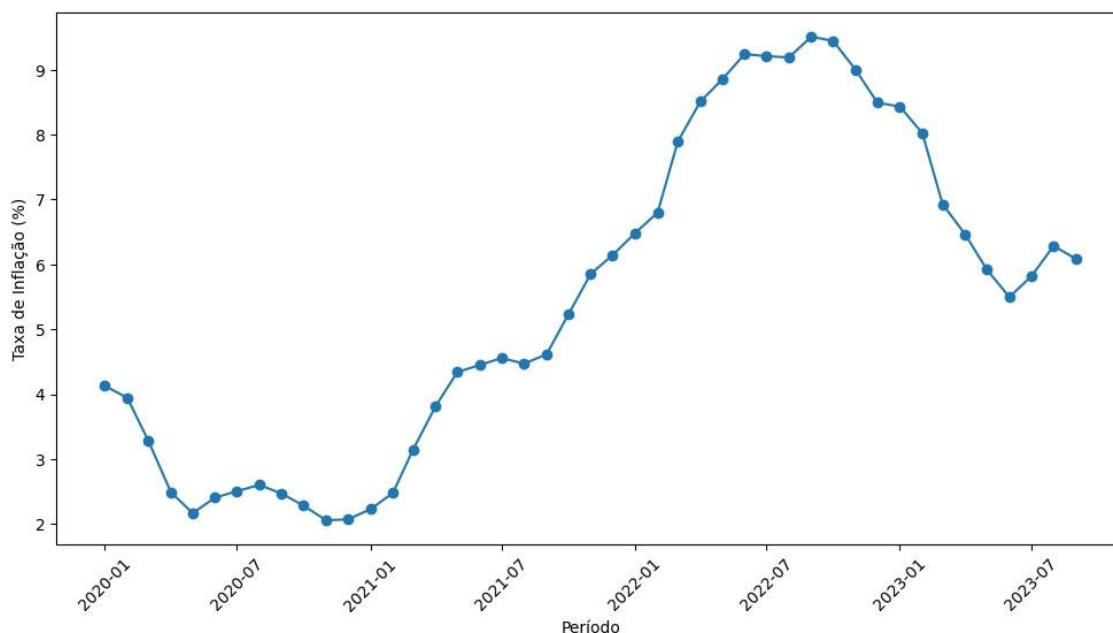
Em janeiro de 2020, o mundo começava a se conscientizar de um vírus letal emergindo na China, que rapidamente se espalhou globalmente. Durante esse período, as taxas de inflação dos países do G20⁶ registraram uma taxa acumulada de 4,13%, que posteriormente declinou para 2,17% em maio de 2020 e reduziu ainda mais para 2,06% em novembro do mesmo ano. À primeira vista, essas reduções nas taxas de inflação poderiam parecer vantajosas para as economias. No entanto, o aspecto crucial aqui não é a diminuição da inflação em si, mas sim as causas subjacentes a essa tendência.

A crise sanitária mundial causada pela COVID-19 exigiu a adoção do distanciamento social como principal estratégia para conter a propagação do vírus, uma vez que, naquele momento, tratamentos específicos eram limitados. Essa medida teve um efeito semelhante a um carro que freia bruscamente, resultando em graves consequências para a economia. De maneira abrupta, a produção de bens e serviços foi interrompida, restando apenas os estoques previamente disponibilizados. Paralelamente, houve uma mudança significativa na demanda por produtos e serviços, com uma redução em certos setores, principalmente devido à necessidade de a população trabalhar de casa.

O desequilíbrio gerado entre a oferta e a demanda resultou em uma desestabilização significativa dos mercados. Esse impacto, por sua vez, refletiu-se nas taxas de inflação, como ilustrado na Figura 1.

⁶ Fórum internacional composto pelas maiores economias do mundo: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e a União Europeia.

Figura 1 - Inflação (IPC) Total: Taxa de crescimento anual (%) – mensal para os países do G20 no período de dezembro de 2019 a setembro do 2023.



Fonte: DBnomics the world's economics database.

Disponível em: (https://db.nomics.world/OECD/DP_LIVE/G-20.CPI.TOT.AGRWTH.M)

Em janeiro de 2022, a inflação já havia atingido um acumulado anual de 6,48%. Nesse período, a pandemia estava em declínio, as vacinas estavam sendo distribuídas e a economia global começava a se recuperar lentamente. No entanto, em fevereiro de 2022, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia explodiu, causando novos desafios para a economia mundial, principalmente devido a embargos e sanções econômicas.

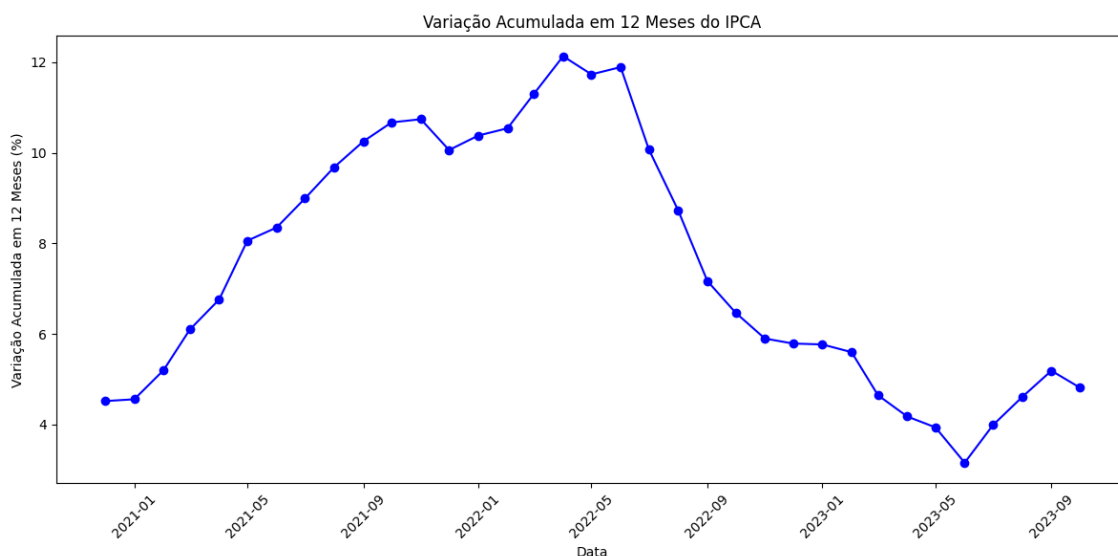
Em setembro de 2022, a inflação acumulada ao ano atingiu seu pico mais alto, chegando a 9,51%. Nos meses seguintes, essa taxa começou a diminuir gradualmente, e em setembro de 2023, registrou-se uma taxa de 6,08%. Isso indica sinais de recuperação na economia global, à medida que os impactos do conflito e das medidas restritivas diminuem progressivamente e paulatinamente.

Diante dos eventos significativos que marcaram o cenário global nos últimos quatro anos, a preocupação com a inflação ganhou nova relevância no Brasil. Esse interesse renovado é particularmente compreensível, considerando o histórico do país em enfrentar períodos prolongados de inflação e hiperinflação. A situação atual evoca memórias desses desafios econômicos anteriores e destaca a necessidade de vigilância e estratégias eficazes para gerenciar a inflação.

A Figura 2 demonstra que houve uma tendência crescente na variação acumulada, começando em um ponto abaixo de 5% (dez/20:4,52%) e alcançando um pico acima de 10% (abr/22:12,13%). Isso indica um período de aumento da inflação, onde os preços em geral subiram

a uma taxa crescente até julho de 2022. Após o pico de 12,13% em abr/22, há um declínio acentuado na variação acumulada. Isso sugere uma desaceleração significativa da inflação, com os preços aumentando a uma taxa mais lenta ou até mesmo diminuindo.

Figura 2 – Taxa de variação acumulada em 12 meses do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE), no período de janeiro de 2020 a outubro de 2023.

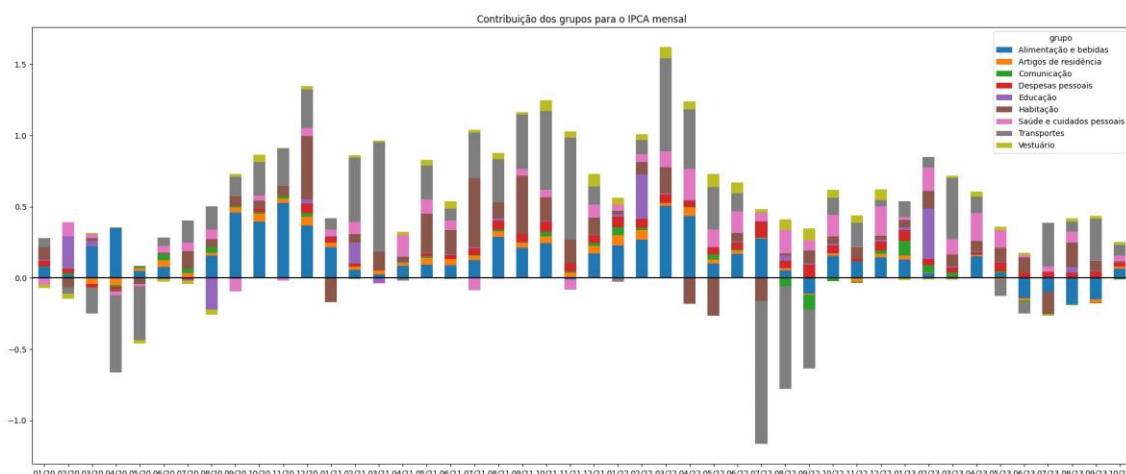


Fonte: IBGE – Sidra. Disponível em: (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/outubro-2023>)

No ano de 2023, há sinais de estabilização, com a variação acumulada se estabilizando em torno de um valor menor, aproximadamente 5% seguido por uma leve tendência de alta novamente. Isso pode indicar um período de recuperação econômica ou uma normalização da inflação após um período de desaceleração.

A Figura 3 ilustra o impacto de diferentes categorias de produtos no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ao longo dos últimos quatro anos. Através dela, identificam-se os grupos mais influentes que impulsionaram o aumento da inflação e, posteriormente, contribuíram para sua estabilização quando os preços se normalizaram são eles: Alimentos e Bebidas, Habitação e Transporte. No grupo habitação, o subgrupo de combustíveis e energia foi o que mais impulsionou a inflação, e no transporte, o subgrupo que mais contribuiu foi o combustível de veículos, além disso, a escassez de componentes específicos para a montagem de veículos novos também contribuiu para acelerar a inflação

Figura 3 – Contribuição dos grupos de produtos para o IPCA mensal no período de janeiro de 2020 a outubro de 2023.



Fonte: IBGE – Sidra. Disponível em: (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/outubro-2023>)

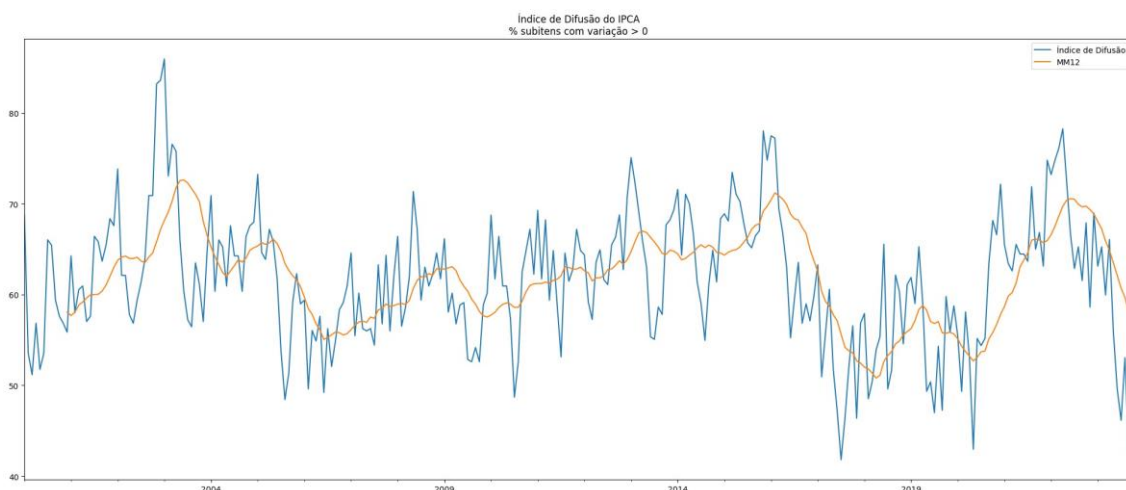
Também é notável o efeito sazonal em certas categorias; por exemplo, no início do ano, coincidindo com o começo do ano letivo, o grupo Educação tende a ter um aumento na participação. Outro ponto importante é a evolução do consumo familiar ao longo do tempo, resultando em grupos anteriormente menores ganhando maior relevância no índice.

A Figura 4 ilustra o índice de difusão do IPCA, representado pela linha azul, que é expresso em porcentagem e reflete a propagação da inflação entre vários produtos e serviços. Para atenuar as oscilações inerentes a este índice, foi aplicada uma média móvel de 12 meses, indicada pela linha laranja. Esta média oferece uma visão mais suavizada e consistente das tendências inflacionárias ao longo do tempo.

O índice de difusão do IPCA apresenta uma volatilidade acentuada, influenciada em grande parte por eventos sazonais. Além disso, essa volatilidade foi exacerbada pelo choque de oferta resultante da pandemia, seguido pelo conflito entre Rússia e Ucrânia.

Utilizando a média móvel de 12 meses no índice de difusão do IPCA, observamos as mudanças na inflação desde 2020 até 2022, período marcado por um aumento significativo. Já em 2023, detecta-se um declínio nesta tendência. Isso sugere que o ápice da inflação ocorreu entre 2021 e 2022, e com o reequilíbrio progressivo da oferta e demanda, a expectativa é de uma estabilização inflacionária.

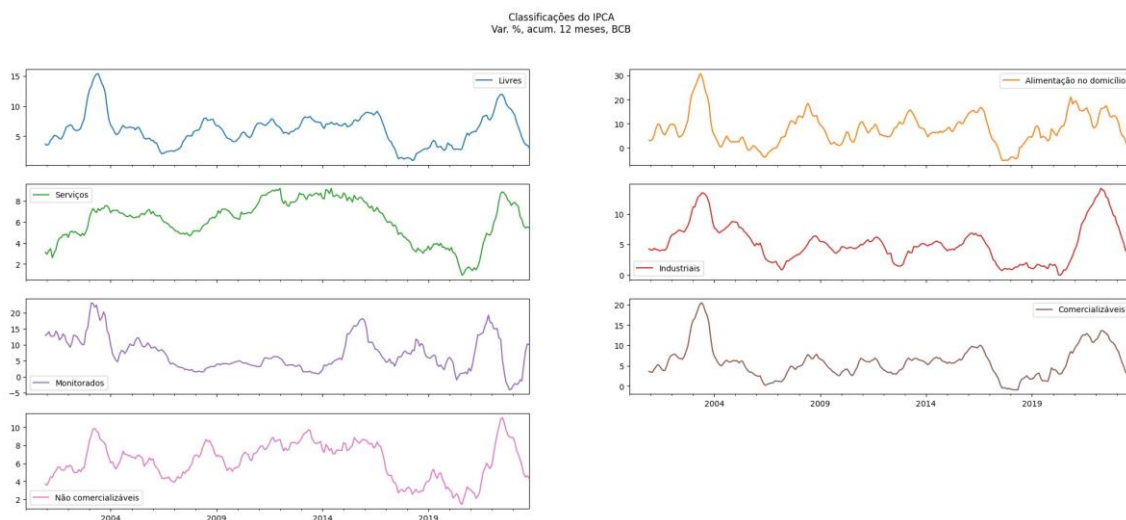
Figura4 – Índice de difusão do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e média móvel em 12 meses no período de 2000 a 2023.



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

Em resumo, observa-se que em determinadas ocasiões, as trajetórias das linhas exibem um padrão paralelo, sugerindo uma relação entre as variações de curto prazo e as tendências de longo prazo. Em contrapartida, existem momentos em que a linha do Índice de Difusão diverge notavelmente da média móvel de 12 meses, refletindo possíveis alterações abruptas nas condições de mercado ou reações a eventos específicos.

Figura 5 – Variação percentual acumulada em 12 meses por classificação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período de 2000 a 2023.



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

A Figura 5 classifica o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em categorias como itens livres, alimentação no domicílio, serviços, industriais, monitorados ou administrados, comercializáveis e não-comercializáveis. Observa-se que as categorias de itens livres e serviços exibem uma volatilidade relativamente estável ao longo do tempo, enquanto alimentação no domicílio apresenta variações sazonais marcantes.

Por outro lado, as categorias industriais e comercializáveis demonstram flutuações que podem ser atribuídas a eventos econômicos pontuais. Os produtos não comercializáveis tendem a mostrar menor volatilidade, refletindo uma estabilidade de preços no mercado interno. Em contraste, os itens monitorados ou administrados revelam variações significativas, frequentemente impulsionadas por ajustes de preços regulados pelo governo, e destacam-se por contribuir para a elevação do índice geral devido à sua tendência de alta.

A conclusão que se pode extrair é que, embora tenha havido uma perda de poder aquisitivo durante o período de 2000 a 2023, a inflação demonstrou uma tendência de queda e agora mostra sinais de estabilização. Isso sugere um ajuste econômico gradual e a recuperação da estabilidade de preços, o que é uma notícia positiva para o poder de compra no futuro.

REFERÊNCIAS

DBNOMICS THE WORLD'S ECONOMICS DATABASE. Disponível em: (https://db.nomics.world/OECD/DP_LIVE/G-20.CPI.TOT.AGRWTH.M). Acesso em 5 de dezembro de 2023).

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema de Gestão de Series Temporais. Disponível em: (<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>). Acesso em 5 de dezembro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra . Disponível em: (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/outubro-2023>). Acesso em 5 de dezembro de 2023.

International Monetary Fund – IMF DATA. Disponível em: (<https://data.imf.org/?sk=388dfa60-1d26-4ade-b505-a05a558d9a42>). Acesso em 5 de dezembro de 2023.

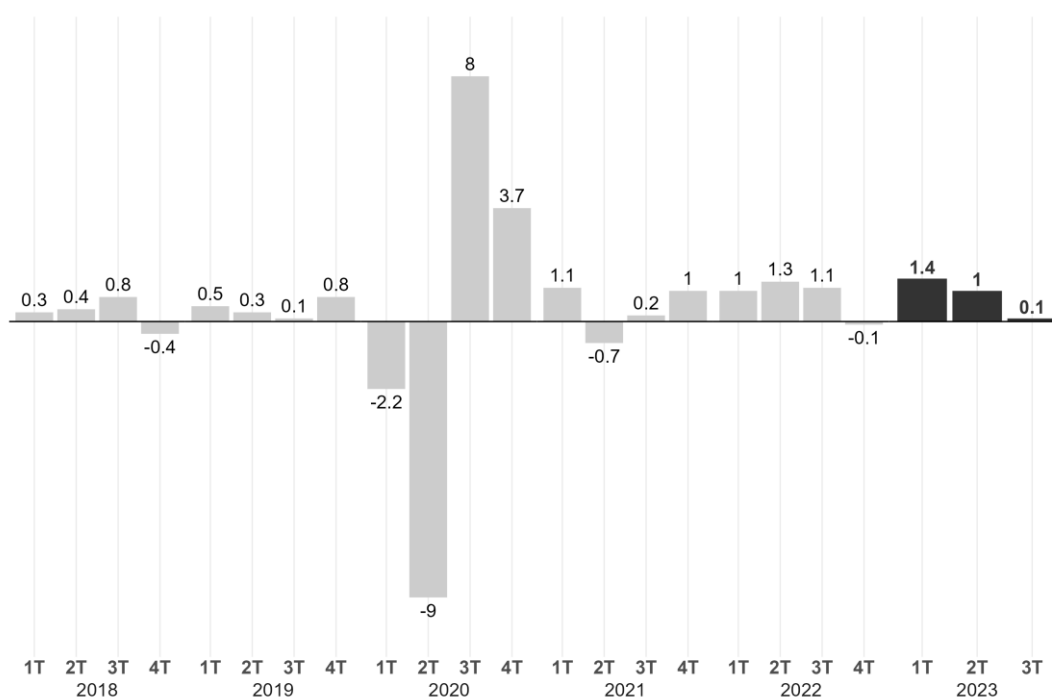
DESEMPENHO DA ECONOMIA NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

Felipe Gomes Madruga

O terceiro trimestre de 2023 mostrou uma economia em desaceleração quando comparada com o segundo trimestre do ano. Como é possível observar pela Figura 1, o PIB passou a ter uma evolução de apenas 0,1% no trimestre terminado em setembro, recuo frente ao crescimento de 1% verificado pelo país no segundo.

Embora em desaceleração no terceiro trimestre, a economia quando vista pelo seu resultado anualizado apresenta um crescimento acumulado nos nove primeiros meses do ano de 3,2% quando comparado a igual período do ano de 2022, resultado esse totalmente atribuído ao excepcional desempenho que o setor agropecuário teve até aqui, com uma evolução acumulada de 18,1%, dados da Tabela 1, deixando muito para trás os setores de serviço e indústria.

Figura 1 – Evolução trimestral do PIB brasileiro – variação % do trimestre contra o trimestre anterior



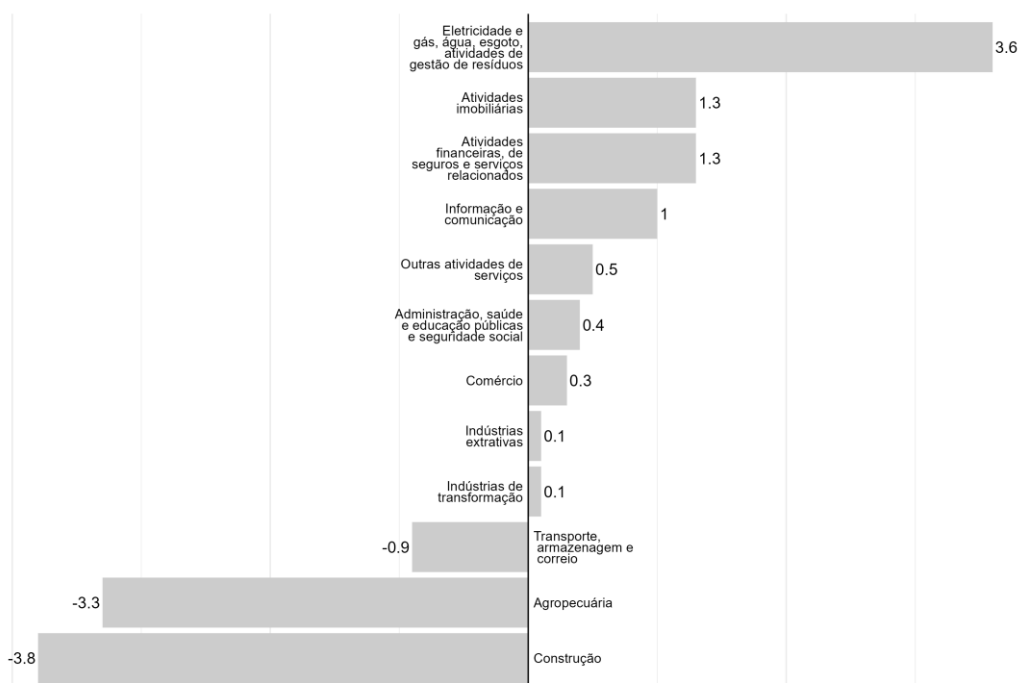
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE.

A Figura 2 dá pistas sobre o que contribuiu para a desaceleração no terceiro trimestre, onde percebe-se que a desaceleração da economia caminha junto com o desempenho de dois setores, construção e agricultura. A queda trimestral na margem de 3,8% na construção e 3,3% na agricultura contribuiu decisivamente para a economia começar a esfriar nesse final de ano, tendo em vista que

os demais setores que apresentaram avanços o fizeram a taxas pouco significativas, com exceção do subsetor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos.

O desempenho da agricultura merece consideração a parte, isso porque, o setor foi o grande responsável pelo bom desempenho em trimestres anteriores, puxando o desempenho da economia em 2023 para cima. Por isso, de certa maneira é até normal verificarmos um desempenho como este para esse setor, dado que nesse trimestre temos o período de entressafra no qual sua contribuição é naturalmente menor para o desempenho da economia, resultado que tenderá a se mostrar mais fraco também nos dados do último trimestre do ano. Contudo, o que causa preocupação é que para o próximo ano o setor possa não contribuir de maneira tão importante para o PIB como fez nesse ano em função de incertezas, sem dúvida a maior delas resultado dos possíveis efeitos negativos sobre a produtividade das culturas do fenômeno El-Niño.

Figura 2 – Evolução do PIB por Subsetores no Terceiro Trimestre de 2023 – variação % do trimestre contra trimestre anterior



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE.

Quando vista pela ótica dos componentes da demanda agregada, a Tabela 1 evidencia que o crescimento da economia tem passado pelo aumento no consumo das famílias, que manteve sua resiliência no terceiro trimestre com crescimento na margem de 1,1%, e do setor externo, com desempenho de 3,0%, sendo que este componente apresenta o destaque no desempenho no acumulado do ano, com evolução de quase 10% como mostra a terceira coluna da tabela. Além

disso, a expansão fiscal em curso no país fez com que o setor público tivesse um bom desempenho até aqui, com um crescimento acumulado de 1,2% no ano embora com uma aceleração menor no trimestre terminado em setembro, 0,5%.

Cabe mencionar ainda com os dados da Tabela 1 o fato de que o investimento no Brasil continua a ser um potencial entrave para o crescimento, não só corrente, mas para o crescimento potencial da economia. No trimestre terminado em setembro, mais uma vez esse componente da demanda agregada apresenta queda, 2,5%, queda essa que representa também a redução verificada no acumulado do ano. Além disso, as importações mostram recuo no ano, o que ajuda a explicar os valores recordes acumulados de superávit na balança comercial nesse ano de 2023, embora sinalize outros problemas, como por exemplo, o recuo em nossa indústria, dado que esse setor é um dos grandes compradores de mercadorias externas.

Tabela 1: Desagregação dos resultados do PIB

	Variação % – Trimestre contra trimestre	Variação % – Acumulado no ano
PIB – Ótica da Oferta	0,1	3,2
Agropecuária	-3,3	18,1
Indústria	0,6	1,2
Serviços	0,6	2,6
PIB – Ótica da Demanda	0,1	3,2
Consumo das Famílias	1,1	3,4
Consumo do Governo	0,5	1,2
Investimento	-2,5	-2,5
Exportações	3,0	9,8
Importações	-2,1	-1,3

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais

Os dados para o último trimestre do ano de 2023 dificilmente vão trazer um panorâmica muito diferente dos verificados até aqui, o que implica em termos mais atenção para o que virá pela frente no ano de 2024. Para o próximo ano, desafios locais e internacionais podem causar mudanças nesses números da Demanda Agregada, como por exemplo, a não contribuição dos impulsos fiscais desse ano de 2023, um impulso que pegou carona nos efeitos fiscais de meados de 2022, algo realista de se pensar dado o estado de dificuldades das contas públicas. Além disso, é preciso verificar como vai evoluir o nível de endividamento das famílias e o comportamento do mercado de trabalho, para termos uma ideia melhor da renda disponível para o consumo que esse grupo terá na economia.

Da mesma forma, é esperado que a contribuição vista no setor externo não se repita na mesma intensidade vista até aqui, um ano excepcional em termos de evolução de vendas externas. Igualmente importante, é a necessidade de acompanhar o desempenho dos investimentos, torcendo para que ele possa se recuperar do tombo que se coloca para 2023. A expectativa de curto

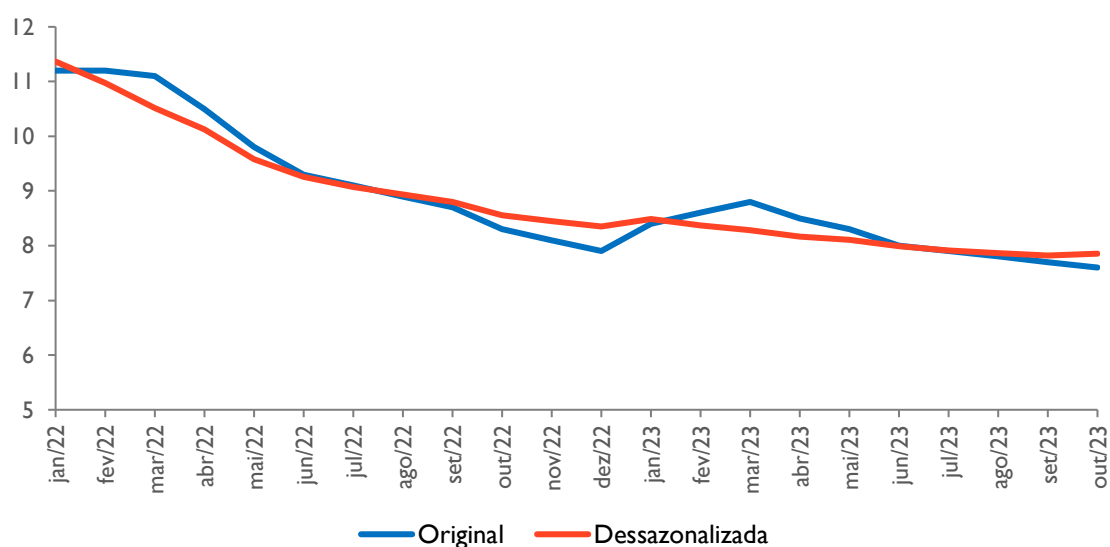
prazo é de que a política monetária de recuo da taxa Selic, possa causar elevação dos investimentos a curto prazo, mesmo que outros fatores importantes na tomada de decisão do investimento privado ainda apresentem dificuldades estruturais sérias, como o alto nível de insegurança jurídica no país.

MERCADO DE TRABALHO

Igor de Menezes Larruscaim

Nesta seção são apresentados alguns resultados do mercado de trabalho ao longo do ano de 2023. Para tanto, utilizamos os dados sobre desocupação e rendimento da PNAD contínua, do IBGE, para a análise do Brasil e Estado do Rio Grande do Sul e os dados do Novo CAGED, disponibilizados pelo E-Social do Ministério da Economia, para a análise do emprego formal no município de Sant'Ana do Livramento.

Figura 1 - Taxa de Desocupação (%) para o Brasil, 2022-2023



Fonte: IBGE – PNADc.

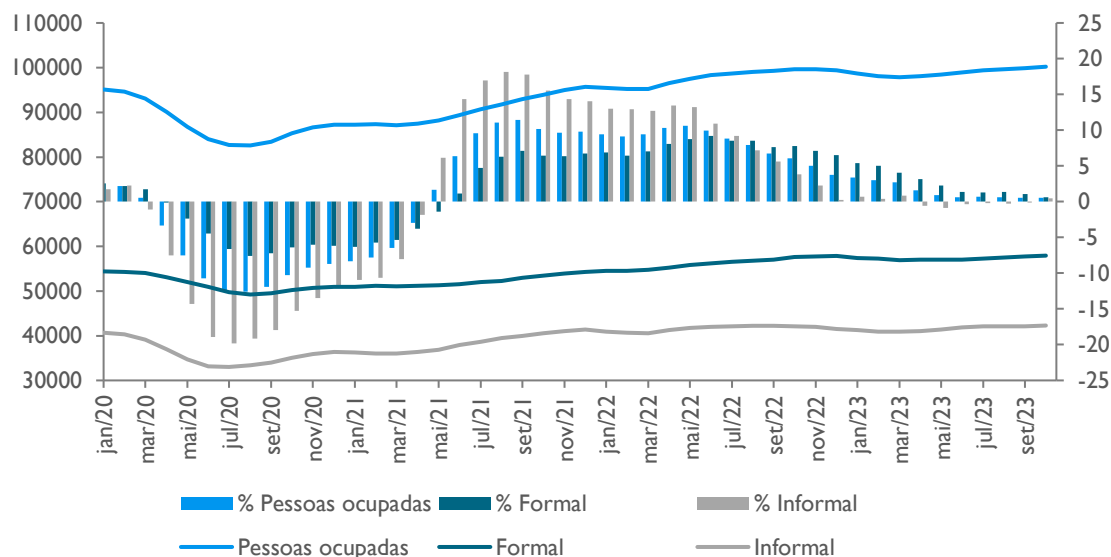
Em 2023, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma redução da taxa de desocupação ao longo do ano e em comparação aos resultados do ano passado. A Figura 1 mostra a trajetória de queda na taxa de desocupação, desde o ano passado, com alguma estabilidade desde o segundo trimestre de 2023. Considerando os dados dessazonalizados⁷, o mês de setembro de 2023 apresentou a menor taxa de desocupação deste ano, com a taxa de 7,8%, valor 1,0 p.p. menor do que o mesmo período do ano passado, e uma redução de 0,5 p.p. em relação a março, último mês do primeiro trimestre, quando a taxa era de 8,3%.

O emprego vem crescendo desde o período mais crítico da Pandemia de Covid-19, entre 2020 e os primeiros meses de 2021. Em 2023, o número de pessoas ocupadas cresceu levemente em relação a 2022, em outubro do ano atual, esse valor foi de aproximadamente 100,2 milhões (em

⁷ A dessazonalização dos dados foi realizada através do método x13-ARIMA-Seats (US Census Bureau, 2015).

valores absolutos), maior valor da série desde o ano passado. Isso representa um aumento de 0,5% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o número de pessoas ocupadas era de aproximadamente 99,6 milhões de pessoas.

Figura 2 – Número de pessoas ocupadas total e por vínculo (em 1000) e variação anual (em %) para o Brasil, 2022 - 2023⁸



Fonte: IBGE – PNADc.

Na Figura 2 é possível observar uma certa estabilidade na tendência do crescimento da ocupação, descrito nas linhas, entre 2022 e 2023, assim como também pode ser visto na variação interanual. Durante o ano de 2021 e início de 2022, período de recuperação dos efeitos da pandemia, pode-se perceber um aumento mais elevado do trabalho informal (que também apresentou uma forte queda durante a pandemia) em relação ao trabalho formal. Em agosto de 2022 esse movimento se reverte, com o emprego formal crescendo mais, e em abril de 2023 a variação anual do emprego informal passa a ser negativa, enquanto o emprego formal continua apresentando um leve crescimento, assim como a ocupação total. Em setembro de 2023, a variação interanual da ocupação formal foi de 1,1% e do trabalho informal foi de -0,14%. Apenas em outubro de 2023, tanto o emprego formal quanto o informal voltam a apresentar variação anual positiva.

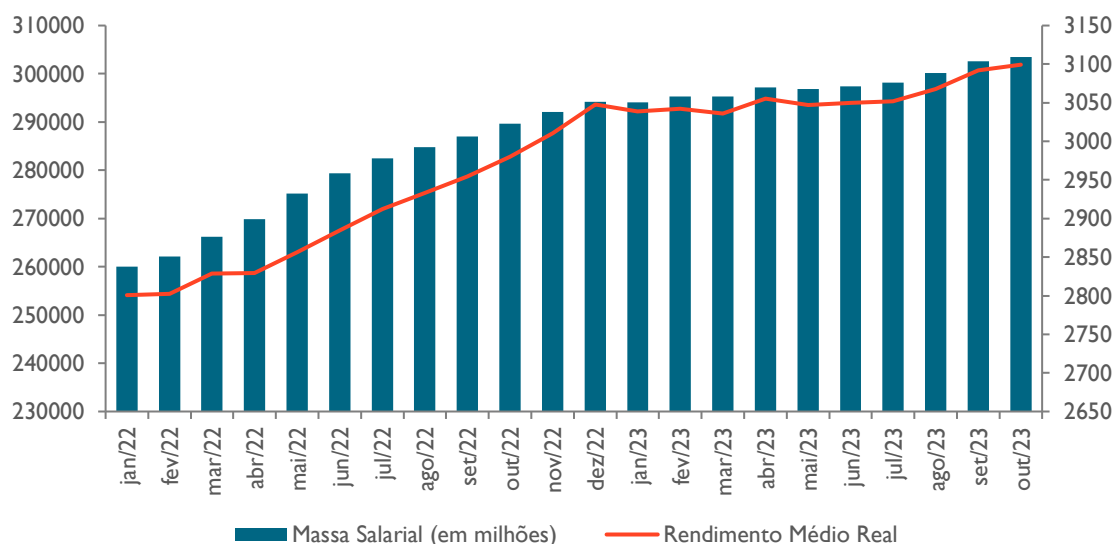
⁸ Para a definição de formal e informal é utilizada a classificação por vínculo da própria PNADc.

Formal: empregado no setor privado com carteira, doméstico com carteira, empregado no setor público com carteira, estatutário e militar, conta própria com CNPJ e Empregador com CNPJ.

Informal: empregado no setor privado sem carteira, doméstico sem carteira, empregado no setor público sem carteira, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhado auxiliar familiar.

Em relação ao rendimento⁹ dos trabalhadores, no ano de 2023 houve um crescimento ao longo do ano e em relação ao ano passado. Considerando a série dessazonalizada, em 2023, o maior valor médio de rendimento foi em outubro, quando o rendimento médio foi de aproximadamente R\$ 3099,00, valor 4,8% maior do que no mesmo período do ano anterior, quando o valor foi de R\$ 2980, que também foi o maior valor da série daquele ano. Esse aumento do rendimento real dos trabalhadores também é demonstrado através do crescimento da massa salarial¹⁰ descrito na Figura 3. Novamente, levando em conta valores dessazonalizados, a massa salarial apresenta uma crescente desde 2022, com maior valor também em outubro do ano atual, chegando a R\$ 303.504 milhões, um aumento de 0,3% em relação ao mês anterior e um aumento de 4% em relação ao mesmo mês do ano passado, assim como também é mais elevado que o maior valor apresentado no ano passado, sendo R\$ 294.204 milhões em dezembro.

Figura 3 - Massa de rendimento real e rendimento real médio dessazonalizados para o Brasil, 2022 - 2023



Fonte: IBGE – PNADc.

Quanto ao mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, a taxa de desocupação vem se mantendo estável ao longo dos três trimestres¹¹ do ano de 2023, apresentando uma taxa de 5,4%

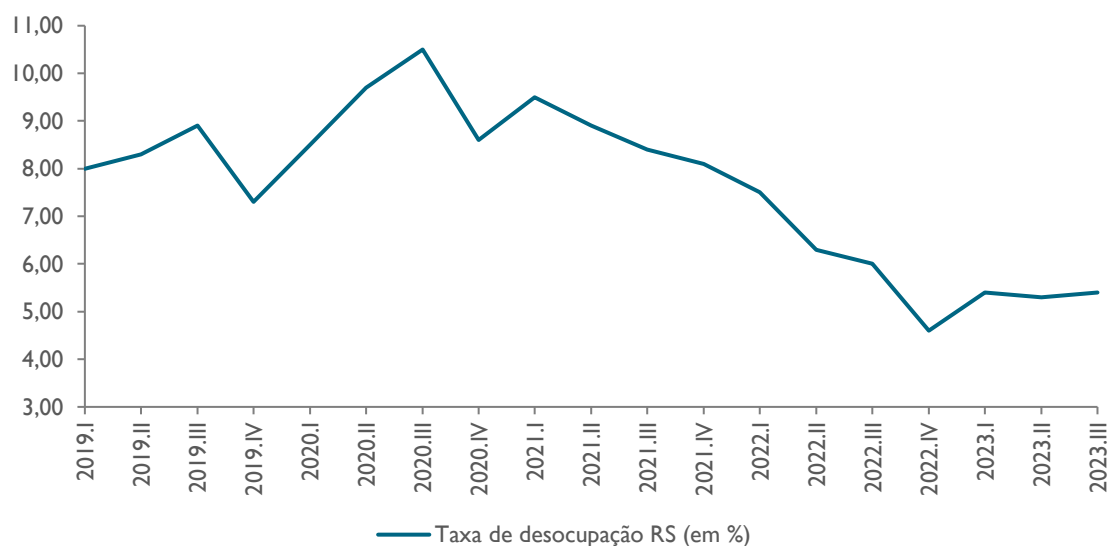
⁹ O rendimento considerado é o rendimento médio real efetivamente recebido em todos os trabalhos por, deflacionados pelo IPCA do último mês da série.

¹⁰ A massa salarial é a soma dos rendimentos brutos, em valores reais, efetivamente recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da PNADc.

¹¹ Os dados para o Rio Grande do Sul são apresentados em trimestres, pois os dados da PNADc para os estados não estão disponíveis em valores mensais.

no primeiro e no terceiro semestres, e de 5,3% no segundo trimestre, segundo os dados da PNAD contínua.

Figura 4 - Taxa de Desocupação (%) para o Rio Grande do Sul, 2019-2023



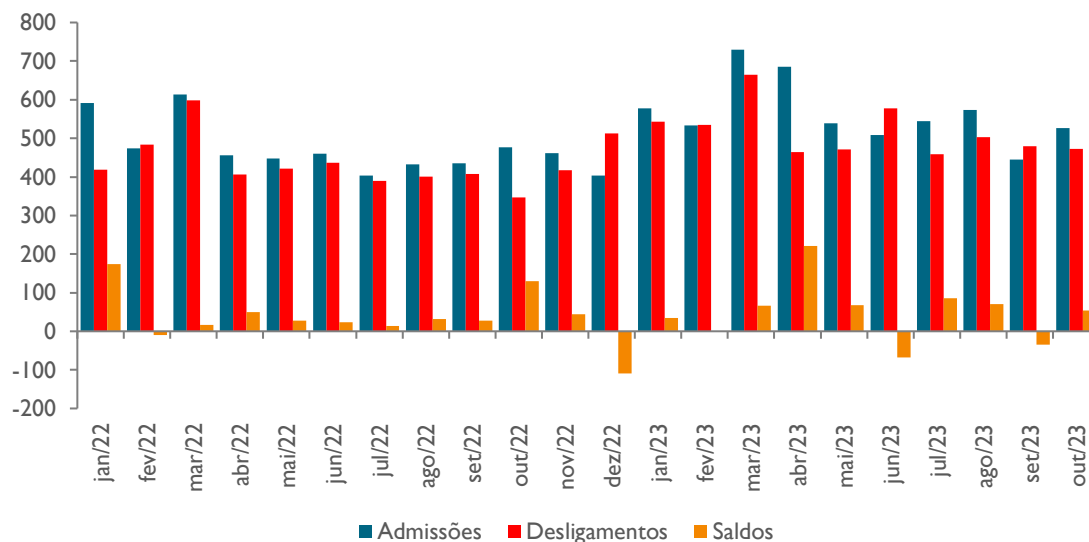
Fonte: IBGE – PNADc.

A Figura 4 apresenta os dados trimestrais desde 2019, é possível perceber uma tendência de redução da taxa de desocupação desde o primeiro trimestre de 2021, período de recuperação da atividade econômica. Em 2023, a taxa de desocupação chegou a um valor mais baixo do que o nível apresentado em 2019, antes da pandemia. No terceiro trimestre daquele ano a taxa foi de 8,9%, ou seja, a taxa do terceiro trimestre do ano atual é 3,5 p.p. mais baixa.

No primeiro trimestre de 2023, ocorreu um aumento da taxa, que foi de 4,6% no último trimestre do ano de 2022, movimento que geralmente ocorre devido a sazonalidade da atividade econômica no final de ano, mas se manteve estável ao longo do ano, em um nível mais baixo também que a taxa de desocupação para o Brasil, que foi de 7,7%, sem a dessazonalização, no terceiro trimestre de 2023.

Sobre o mercado de trabalho no município de Sant’Ana do Livramento, dispomos apenas do movimento no mercado formal, a partir dos dados do Novo Caged, já que os dados sobre desocupação da PNAD contínua não são disponibilizados ao nível dos municípios. Os dados do Novo CAGED são obtidos a partir dos registros de admissões e desligamentos realizados pelas próprias empresas no E-Social, os dados utilizados aqui, são os dados com ajustes, isto quer dizer que consideram as declarações entregues fora do prazo e contabilizados posteriormente.

Figura 5 – Admissões e desligamentos em Sant’Ana do Liramento, 2022-2023



Fonte: E-Social/Novo CAGED

O mercado de trabalho formal do município apresentou um crescimento dos postos de trabalho no ano de 2023, até o mês de outubro, com o total de 5664 admissões e 5168 demissões, contabilizando o saldo positivo de 496 postos. Em outubro do ano atual o estoque de trabalhadores era de 12820, valor 3% maior do que no mesmo período do ano de 2022, onde o estoque era de 12389.

O mês com o maior número de admissões foi o de março com 730, porém o maior saldo ocorreu em abril, quando ocorreu o segundo maior número de admissões do ano, 685, porém com um número menor de desligamentos, gerando um saldo de 221 postos. Esse crescimento no segundo trimestre também é verificado no nível do estado e do país. Neste ano, o crescimento foi maior do que o verificado no mesmo período do ano passado, o saldo registrado em abril de 2023 foi aproximadamente 340% do que do mesmo período do ano passado, com 171 vagas a mais, demonstrando um crescimento mais forte das vagas de emprego formal neste ano.